

EFICIÊNCIA DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Relatório de Projeto

Márcio Mota de Campos

Trabalho realizado sob a orientação de

Filipe Alexandre da Silva Santos

Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

Leiria, novembro, 2021

Utilização Pedagógica das TIC

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de realização de mais uma jornada na formação pessoal e profissional, a minha Família, Aos Orientadores Professora Dra. Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, Professor Dr. Filipe Alexandre da Silva Santos, aos Professores e Professoras do Curso de Mestrado do Instituto Politécnico de Leiria aos Gestores do Centro Paula Souza que oportunizaram a minha participação neste curso, as Professoras do Núcleo Regional de Administração do Vale do Paraíba, e em especial, à Professora Laura Laganá, Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Agradeço ainda, a todos os Diretores e Diretoras das ETECs do Vale do Paraíba e Supervisões Regionais que propiciaram a colaboração do corpo docente na pesquisa.

RESUMO

Este trabalho buscou apresentar algumas formas de utilização das Ferramentas Tecnológicas encontradas nos AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) com a intenção de identificar a eficiência no uso destas, para a avaliação de aprendizagem no on-line e dos desafios encontrados no EaD (Ensino a Distância). Foi realizada uma revisão literária e pesquisa com a intenção de identificar percursos e práticas para a avaliação da aprendizagem, e, a partir da aplicação de um questionário para 2870 professores com 257 respostas, verificou-se que os docentes entendem que as ferramentas nos AVA são eficientes para o processo de avaliação para identificar o desenvolvimento intelectual dos alunos. Visando ter instrumentos balizadores na verificação de aquisição de competências e desenvolvimento de habilidades, perante isso, o objetivo do trabalho corresponde em validar a eficiência das ferramentas de avaliação de aprendizagem encontradas nos AVA.

Palavras chave

AVA, Avaliação, EaD, Eficiência, Ferramentas Tecnológicas

ABSTRACT

This work sought to present some ways of using the Technological Tools found in the AVA (Virtual Learning Environment) with the intention of identifying the efficiency in their use, for the assessment of online learning and the challenges encountered in EaD (Distance Learning). A literary review and research was carried out with the intention of identifying paths and practices for the assessment of learning, and, from the application of a questionnaire to 2870 teachers with 257 responses, it was found that teachers understand that the tools in the AVA are efficient for the assessment process to identify students' intellectual development. Aiming to have guiding instruments in the verification of the acquisition of competences and development of abilities, in view of that, the objective of the work corresponds to validate the efficiency of the learning evaluation tools found in the AVA.

Keywords

AVA, Evaluation, EaD, Technological Tools

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	2
Resumo	3
Abstract	4
Índice Geral.....	5
Índice de Figuras	7
Índice de Tabelas.....	8
Abreviaturas (facultativo)	9
Introdução	11
Motivação para estudo do tema.....	13
Estudo desta tese.....	14
Questão e objetivos de Investigação.....	14
Estrutura da tese.....	15
Metodologia.....	15
População e amostra	16
Instrumentos de recolha de dados.....	17
Técnica de análise de dados	17
Capítulo 1 – Modalidades De Ensino	19
1.1 Modalidade tradicional de Ensino e Sistema de Avaliação	19
1.2 Modalidades de Ensino: EaD e ON-Line.....	20
1.3 Pertinência e desafios da Educação a Distância e On-Line.....	22
1.4 Problemas da Pedagogia no EaD.....	24
Capítulo 2 – Avaliação nos AVA.....	28
2.1 Avaliação de aprendizagem.....	28
2.2 Modelos de Avaliação.....	34
2.2.1 Avaliação Diagnóstica.....	35
2.2.2 Avaliação formativa	35

2.2.3 Avaliação Somativa.....	37
2.3 Avaliação nas Modalidades EaD e On-line.....	37
2.4 Eficiência das Ferramentas Tecnológicas na Avaliação de Aprendizagem.....	40
2.5 Instrumentos de Avaliação e Critérios associados nos AVA	43
3.0 Resultados.....	47
3.1 Dados gerais	47
3.2 Objetivo 1	47
3.2.1 Resposta ao objetivo 1.....	50
3.3 Objetivo 2	51
3.3.1 Resposta ao objetivo 2.....	56
Conclusões	57
Bibliografia	59
Anexos	61
Anexo 1	61
Anexo 2.....	67
Anexo 3.....	68
Anexo 4.....	74

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Avaliação Tradicional- Elaboração Própria.....	20
Figura 2 - Evolução do EaD - Elaboração própria	20
Figura 3 - Acesso à internet - IBGE	23
Figura 4 - Dificuldades no EaD - Elaboração própria.....	26
Figura 5 - Pessoas que não possuem celular – IBGE	27
Figura 6- Avaliação no Centro de um octógono – PERRENDOUND, 2008	32
Figura 7- Sequência de avaliação - Elaboração própria	37
Figura 8 - Avaliação Centrada no Aluno - Elaboração própria.....	38
Figura 9 - Gráfico 1 de Área de Atuação	47
Figura 10 - Gráfico 2 Conhecimento de Ferramentas Digitais.....	48
Figura 11- Gráfico 3 Ferramentas como Instrumento de Avaliação	48
Figura 12- Gráfico 4 Escolha de Ferramentas Adequadas.....	48
Figura 13 - Gráfico 5 Docentes que não utilizam as Ferramentas	49
Figura 14- Gráfico 6 Utilização da mesma Ferramenta para Avaliação.....	50
Figura 15 - Gráfico 7 Eficiência das Ferramentas nas modalidades de avaliação	50
Figura 16 - Gráfico 8 Conteúdos programados	51
Figura 17 – Gráfico 9 Identificação de Competências por dispositivos tecnológicos...52	
Figura 18 - Gráfico 10 Estabelecimento de Critérios de Avaliação	52
Figura 19 - Gráfico 11 Utilização de Ferramentas para as Modalidades de Avaliação.52	
Figura 20 - Gráfico 12 Fatores que Interferem na Escolha de Instrumentos	53
Figura 21- Gráfico 13 Estabece Roteiro de Avaliação	53
Figura 22 - Gráfico 14 Ferramentas aplicadas nas Aulas	54
Figura 23 - Gráfico 15 Feedback.....	54
Figura 24- Gráfico 16 Ferramentas Tecnológicas para a Comunicação.....	54
Figura 25- Gráfico 17 Menções.....	55
Figura 26 - Gráfico 18 Competências.....	55
Figura 27 - Gráfico 19 Habilidades	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Pilares da Educação	28
Tabela 2 -Síntese das tendências do campo disciplinar da avaliação.....	31
Tabela 3- Tipos de Avaliação - Elaboração própria	34
Tabela 4- Ferramentas Tecnológicas	42
Tabela 5- Instrumentos e Critérios de Avaliação	45
Tabela 6 - Definição de conceitos e menções - Fonte: Regimento Centro Paula Souza	46
Tabela 7 - Objetivos de Investigação e questões associadas	Erro! Marcador não definido.

ABREVIATURAS (FACULTATIVO)

AVA Ambiente Virtual de Aprendizagem

CE Conselho de Escola

CF Constituição da República Federativa do Brasil

CEETEPS Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CONAE Conferência Nacional de Educação

EaD Ensino a Distância

EF Ensino Fundamental

EM Ensino Médio

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio EJA Educação de Jovens e Adultos

FNDE/MEC Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 LBDEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGPD Lei Geral de Proteção de Dados

MEC Ministério da Educação e Cultura

PDE Plano de Desenvolvimento Educacional

PNE Plano Nacional de Educação PP

PPP Projeto Político Pedagógico

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Diante do crescimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), houve uma expansão da modalidade Educação a Distância (EaD), onde está, atualmente integra os sistemas educacionais, e aceito por gestores educacionais, bem como pela comunidade educacional. Assim o EaD foi identificado como meio integrador na formação educacional, por propiciar o acesso ao ensino por meio das TICs e das ferramentas tecnológicas, hoje encontradas em plataformas digitais, que propiciam a aprendizagem e conhecimento, onde os sistemas de ensino EaD, podem ter o nível de interação potencializados com o uso de tecnologias e proposta pedagógica.

Assim, entendemos que as modalidades tradicionais de ensino, bem como o Ead, passam por inovações, principalmente com o uso da Internet e de tecnologias, que norteiam um estudo na busca de novas ferramentas tecnológicas como instrumentos de avaliação, com critérios definidos, fomentado as avaliações: diagnóstica, formativa e somativa.

A utilização da informática no contexto educacional tem importante consideração, como ferramenta imprescindível por ter vários instrumentos tecnológicos, que propiciam intencionalidade pedagógica na aprendizagem, onde de forma imediata os integrantes se adequam a nova forma de adquirir saberes. Como o Sistema Educacional, passa por constantes mudanças, a implantação dos AVA, faz com que seu uso como importante plataforma com a implementação de ferramentas tecnológicas na área de ensino, propiciando aos alunos a aprendizagem, com a inserção de novas metodologias e práticas pedagógicas integradoras. Como a informática, vem se incorporando ao currículo escolar, com diferentes componentes curriculares (disciplinas), os dispositivos tecnológicos estão sendo utilizados em ampla escala por equipes pedagógicas na prática educativa, e assim, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem, por parte dos alunos.

A educação a distância acontece com uso de tecnologias, como: rádio, TV, Mídias, Internet, utilizando ainda das TIC através de ambientes de aprendizagem virtual, que se propõe subsidiar a aprendizagem à distância. A tecnologia proporcionou um ambiente de aprendizado onde alunos e professores possam contribuir para seu

aprendizado (RIBEIRO, 2022).

Os equipamentos modernos como: computadores, notebooks, tablets e tele móveis, conectados à rede mundial de comunicação, a internet são dispositivos que contribuem para que os professores, tutores e alunos possam atuar no EaD ou na modalidade On-line, com aulas síncronas e assíncronas, promovendo aprendizagem, autonomia para o estudo, propiciando a aquisição de saberes, desenvolvendo competências e habilidades, ressaltando que competências, se referem ao conhecimento adquirido sobre determinado conteúdo, e habilidades a ação de aplicar esses conhecimentos.

Assim, é essencial e relevante, que os professores se apropriem de conhecimentos tecnológicos, garantindo a interação entre os participantes do processo educacional nos AVA, e se apropriando dessas tecnologias para o desenvolvimento de práticas educacionais ensino On-line. Dessa forma entendemos que as entidades educacionais, devem investir na formação dos profissionais que atuarão na área do ensino, promovendo conectividade com tecnologias e associados a nova era do conhecimento, com atualização tecnológica contínua para o exercício desta função.

Assim, para intensificar a aprendizagem e aquisição de conhecimentos em AVA, temos que coordenar o uso pedagógico da TIC, com a utilização de metodologias ativas, práticas diferenciadas, buscado um processo integrador de aprendizagem, utilizando das tecnologias para o desenvolvimento da formação do aluno integrando o processo de ensino na aquisição de competências e desenvolvendo habilidades.

“Os AVA’s geralmente são desenvolvidos por instituições acadêmicas ou empresas privadas. Eles fornecem aos participantes ferramentas a serem utilizadas durante um curso, para facilitar o compartilhamento de materiais de estudo, manter discussões, coletar e revisar tarefas, registrar notas, promover a interação entre outras funcionalidades. Eles contribuem para o melhor aproveitamento da educação e aprendizagem na EAD, pois oferece diversos recursos para a realização das aulas e interações entre professores e alunos (RIBEIRO, 2022).”

As atividades com vista a educação, estão se sistematizando nos ambientes educacionais, planejados sob vários aspectos, principalmente, econômicos e culturais, considerando os parâmetros curriculares, que são fundamentais para o processo educativo, dessa forma nos AVAs, é importante, estabelecer indicadores e referenciais

para atingir metas e resultados do processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente, encontramos ambientes para a comunicação entre várias formas de linguagens e apresentações, permitindo que as pessoas se expressem de diferentes maneiras. A interlocução e informação por si só, já constitui um instrumento de integração entre a forma de pensamento e sua proposta de demonstração. Dessa forma comunicação e informação pode ocorrer diretamente ou ser realizada por dispositivos e ferramentas tecnológicas, encontradas em salas próprias ou em ambiente virtual. Como o ser humano se desenvolve e integra com o mundo através de sua linguagem e expressão, suas capacidades têm hoje a possibilidade utilização de meios tecnológicos para a transmissão de informações e interação com o mundo. Assim, as plataformas atualmente encontradas, bem como os seus sistemas integrados, favorecem a utilização de mídias no contexto escolar, e com sua utilização, temos que garantir que os usuários desenvolvam conhecimentos, integrando mídias ao processo de aprendizagem.

MOTIVAÇÃO PARA ESTUDO DO TEMA

A incitação para esse estudo, está ligada à prática docente de coordenadores educacionais e professores de cursos regulares e técnicos do Centro Paula Souza, que conta com 227 Unidades que já utilizam do AVA para a Educação a Distância. Diante desse panorama de Cursos em Eixos Tecnológicos como: Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Informação e Comunicação, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Segurança e Recursos Naturais. Sobre os temas teóricos sobre os diferentes focos que compõem o teórico da avaliação, surgiram assuntos relacionados à avaliação da aprendizagem, e principalmente na aplicação da avaliação no EaD, e intrinsecamente tema ligado aos resultados de aprendizagem no EaD, surgiu o interesse na pesquisa sobre o processo de avaliação nos AVAs, com a utilização de instrumentos e critérios de avaliação definidos a partir da modalidade do curso, utilizando Ferramentas Tecnológicas com vista ao sucesso escolar.

ESTUDO DESTA TESE

O objeto inicial de estudo, é de analisar as Ferramentas Tecnológicas utilizadas na EaD On-line, a partir da utilização das ferramentas síncronas e assíncronas disponíveis nos AVA onde o aluno tem a oportunidade de realizar atividades no on-line ou em momentos fora do horário escolar, nas diversas plataformas, principalmente focando a potencialidade e eficiência da ferramenta utilizada. A importância do tema está ligada à prática docente nos diversos eixos tecnológicos com a inserção de processos metodológicos para a aprendizagem, bem como nas avaliações: diagnóstica, formativa e somativa no EaD, envolvendo a modalidade On-line. Dessa forma, o estudo sobre a eficiência e eficácia das ferramentas tecnológicas, no processo de avaliação da aprendizagem escolar no EaD e na modalidade on-line, se apresenta como elemento fundamental e norteador das análises em torno da aprendizagem, dessa forma, com a inclusão de instrumentos e critérios de avaliação, a fim de se obter um referencial sobre o desenvolvimento de competências e habilidades no processo de ensino-aprendizagem.

QUESTÃO E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

A importância do tema está ligada à reflexão sobre as potencialidades e eficiência das ferramentas da avaliação da aprendizagem no EaD, entendendo que há uma importante necessidade da avaliação da aprendizagem, sabendo que as avaliações se configuram em elementos capazes de nortear o desenvolvimento de conteúdos nos AVAs, no On-line ou híbrido e assim, questionamos: Que usos dão os professores às ferramentas dos AVA no processo da avaliação do corpo discente?

Desenvolvemos um estudo que permitiu analisar as concepções da ação docentes sobre avaliação da aprendizagem na Educação a Distância, e com a intenção de conhecer os modelos de avaliação da aprendizagem presentes na EAD, identificando pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação que orientam o docente na prática do uso de avaliação.

Para isso, desejamos atingir os seguintes objetivos de investigação:

- Caracterizar as Ferramentas Tecnológicas e os respectivos instrumentos e

de avaliação usados pelos professores do Centro Paula Souza

- Levantar qual a validade atribuída pelos docentes aos instrumentos e critérios de avaliação para identificar os objetivos de aprendizagem

ESTRUTURA DA TESE

Para a realização dessa análise, o presente trabalho está estruturado em dois capítulos principais, além da parte introdutória, no capítulo um discorre-se sobre um dos campos de estudo principais utilizados como referência para o presente trabalho, que retrata sobre as modalidades de ensino. Para isso, o capítulo inicia-se com uma discussão sobre o conceito do Modelo tradicional de Ensino e sistemas de avaliação a ele associados. Em seguida trata-se dos múltiplos tópicos de pesquisa associados ao campo do ensino nas modalidades On-line e híbrida, sempre procurando discutir as questões centrais que preocupam os educadores, no caso do estudo, a avaliação de aprendizagem bem como uma abordagem do tema com principais tópicos que ainda necessitam de investigação. No segundo capítulo, são abordadas questões que justificam a pertinência da investigação, canalizando a atenção na abordagem sobre a avaliação de aprendizagem no EaD, principalmente, pelas ocorrências no âmbito educacional. Analisaremos também, a eficiência das Ferramentas Tecnológicas encontradas nos AVAs, utilizadas para o ensino, bem como na avaliação de aprendizagem, e as questões de instituição de ferramentas tecnológicas como instrumentos de avaliação, e estas associados a critérios, definidos a partir de referenciais pertinentes às áreas de atuação. Com os estudos apresentados, esperamos responder à pergunta de partida e aos objetivos de investigação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa por meio de processo descritivo, através da coleta de dados realizada com os professores de componentes práticos e teóricos de 38 Unidades do Centro estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” das Regiões do Vale do Paraíba, Campinas Norte, Itapeva e Ribeirão Preto, sabendo que o questionário foi respondido por docentes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular –

Brasil) e da área técnica dos eixos tecnológicos de: Produção Industrial; Ambiente, Saúde e Segurança; Controle de Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Hospitalidade e Lazer. Os resultados trazem os perfis, dificuldades e critérios utilizados pelos professores.

Cabe ressaltar que a BNCC Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Brasil (LDB, Lei nº 9.394/1996), é a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Mediante a metodologia utilizada, assim como, o embasamento teórico, e entende-se que a bibliografia possui confiabilidade, e a pesquisa descritiva e teve seu desenvolvimento baseado na recolha de dados, através de um questionário, Anexo 1, disponibilizado na internet, e diante dos questionamentos realizados, a atividade oferece credibilidade e segurança tanto ao pesquisador, como na pesquisa. Todavia, este trabalho procura identificar as oportunidades que as ferramentas tecnológicas propõem no contexto da avaliação da aprendizagem, salientando que é possível que os docentes as utilizem, identificando pontos fortes na avaliação da aprendizagem

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo são todos professores de componentes práticos e teóricos de 38 Unidades do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, que corresponde a 2870 docentes. O Centro Paulo Sousa, tendo acesso ao e-mail de todos estes docentes, conseguiu contactar todos eles, convidando-os para o estudo, que consistia na resposta a um questionário (ver secção seguinte). O público escolhido teve o critério estabelecido por serem da mesma Instituição de Ensino e por estarem utilizando

Ferramentas Tecnológicas em aulas e todos aqueles que responderam a esse questionário são a amostra do nosso estudo.

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Como instrumento de recolha de dados foi utilizado um questionário com 20 (vinte) questões, sabendo que o questionário foi encaminhado a todos docentes das unidades alvo, com áreas de atuação de diferentes modalidades, de forma a atender a pesquisa no que tange aos objetivos de pesquisa I e II, o questionário está no anexo 1.

A tabela 7, mostra a relação entre os objetivos de investigação e as perguntas

Tabela 1 - Objetivos de Investigação e questões associadas

Objetivo 1 - Caracterizar as ferramentas tecnológicas e os respetivos instrumentos e de avaliação usados pelos professores do Centro Paula Souza	Perguntas: 2, 3, 4, 5,6,8,11, 12 e 13
Objetivo 2 -Levantar qual a validade atribuída pelos docentes aos instrumentos e critérios de avaliação para identificar os objetivos de aprendizagem	Perguntas: 7,9,10,14,15,16,18,19 e 20

TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Essa investigação trata de um estudo sobre a eficiência de ferramentas tecnológicas na avaliação de aprendizagem, nas modalidades: Diagnóstica, Formativa e Somativa, e dessa forma, e para fazer um panorama da realidade identificada com perspicácia, dando ênfase à interpretação ou análise dos objetos investigados, foi realizada uma análise com base na estatística descritiva.

A pesquisa foi realizada em 4 regiões do Estado de São Paulo em 38 unidades com uma população estimada de 2870 professores da área técnica e da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC), e 252 docentes das diversas áreas do conhecimento responderam os inquéritos, tendo assim uma amostra significativa.

Nessa etapa, os dados que foram coletados, foram organizados para favorecer uma análise de modo que a metodologia da pesquisa esteja alinhada à fundamentação teórica, e dessa forma ser possível confirmar ou contrapor as hipóteses. A análise foi qualitativa, onde os questionamentos se concentraram na análise textual, e com a estatística descritiva houve a possibilidade de obter indicadores relevantes aos objetivos propostos.

CAPÍTULO 1 – MODALIDADES DE ENSINO

1.1 MODALIDADE TRADICIONAL DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

No modelo tradicional de ensino um dos aspectos de maior identificação, é de a escola transmitir os conhecimentos coletados ao longo do tempo pela sociedade, possibilitando que todo agrupamento de saberes, sejam focos de aprendizagem, sendo um dos pontos positivos da escola tradicional, valorizando conteúdos, que com certeza foram transmitidos aos alunos. Com o conhecimento que propostas inovadoras sofrem resistência, principalmente no aceitar novas metodologias e práticas docentes. Nesse modelo, acreditam que a formação de um aluno crítico e criativo depende justamente do conjunto de informações por ele adquiridas e do domínio dos conhecimentos. Percebe-se que nas salas de aulas, o procedimento didático utilizado pelos docentes está focado na exposição do conteúdo, sendo a aula expositiva por muitas vezes o elemento mais utilizado no processo de ensino-aprendizagem (SILVA, 2021).

O modelo tradicional de ensino, traz a ideia de que o docente é reconhecido como elemento central do conhecimento, detentor do conhecimento e saberes, que são transmitidos aos alunos, por meio de aulas expositivas fomentando assim, que estes adquiram competências e habilidades, sabendo que competências são saberes e habilidades sendo a aplicabilidade dessas competências. e que possam desenvolver capacidades comportamentais, envolvendo a integração entre os participantes de um espaço escolar, como preza o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente - legislação Brasileira) e a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação do Brasil), onde ao término da Educação Básica, o aluno pode exercer cidadania e ter oportunidade de prosseguir nos estudos em níveis superiores, pois, as disciplinas não devem ser apresentadas para o desestímulo e sim servir de impulso para os estudantes. A avaliação da aprendizagem na escola tem momentos distintos, de auxiliar o docente no seu replanejamento de trabalho, e do aluno no seu processo de obtenção de conhecimento, e também de elencar referenciais sobre a prática pedagógica desenvolvida no ambiente escolar.

A avaliação no modelo tradicional assume dimensões, em especial, utilizada como instrumento de classificação, muitas vezes, empregado como punição e não para verificar o nível de aprendizagem dos alunos.

Nesse modelo, é possível de se comprovar em várias literaturas os princípios, as convicções e conceitos a respeito do processo de ensino-aprendizagem e de avaliações a ele integrados. Na pedagogia tradicional os conteúdos e procedimentos didáticos não tinham nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais, com a predominância da palavra do professor e de regras impostas (Luckesi, 1994).

Na abordagem tradicional, a avaliação consiste em constatar se o aluno aprendeu e atingiu seus objetivos propostos, e na fig. 1, demonstra-se que o professor é fonte de informação e a avaliação é um instrumento classificatório.

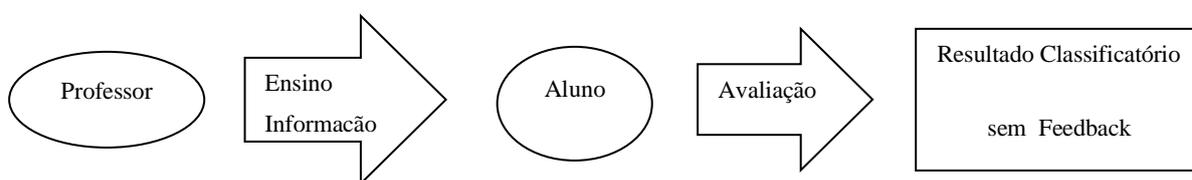


Figura 1- Avaliação Tradicional- Elaboração Própria

1.2 MODALIDADES DE ENSINO: EAD E ON-LINE

Com relação a essa modalidade, o EaD não é algo recente, porém, atualmente, teve grande abrangência, encontrando os meios propícios para sua difusão em larga escala, tanto por imposição da nova sociedade do conhecimento, que requer aprendizado contínuo, dado à velocidade com que as inovações surgem, quanto pela dificuldade de se ausentar do posto de trabalho, ou pelas novas facilidades tecnológicas no campo das telecomunicações e informática que fornecem meios e dispositivos diferenciados e com menor custo. Na fig. 2 temos a representação das gerações do EaD.

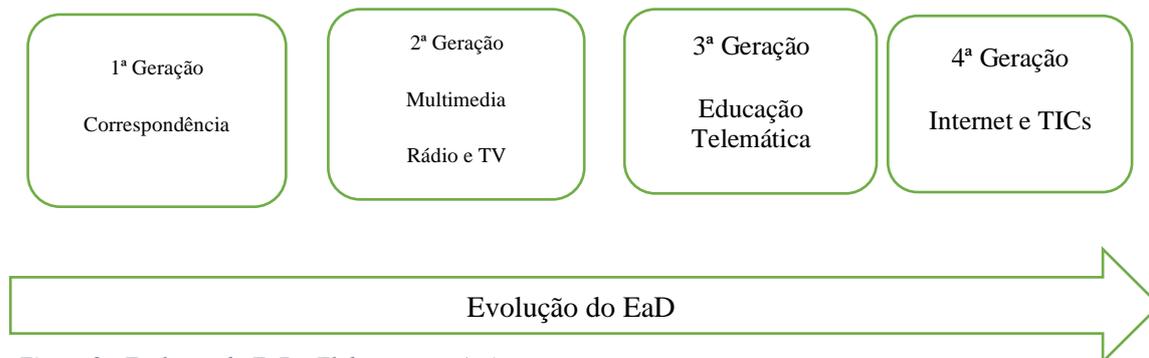


Figura 2 - Evolução do EaD - Elaboração própria

Os modelos de aprendizagem abordados antes do advento de uso dos AVA, trazem uma linha histórica de associação de métodos de ensino e tipos de avaliação, que com o passar dos períodos, ocorreram mudanças vem ocorrendo mudanças, com ampliação de métodos e critérios e principalmente com o uso de ferramentas tecnológicas.

No modelo de Educação à Distância, de acordo com Otsuka et al. (2002), por meio de uma avaliação sistemática, formativa e contínua pode-se levantar indicadores que revelam se a aprendizagem foi eficaz ou não. Os critérios de avaliação devem ser elaborados no momento de planejamento do curso e explicitados para que os alunos tomem conhecimento de como serão avaliados desde o início do curso. Segundo Comin, o processo avaliativo em EaD deve ser realizado de forma não linear, crítico-reflexiva, utilizando critérios quantitativos e qualitativos de acordo com os objetivos a serem identificados (COMIN, 2013).

O ensino a distância é uma modalidade hoje, de grande importância na prática educacional, identificando a inovação, com recursos tecnológicos fundamentais à formação do educando, e propicia, facilidades inerentes à sua utilização a distância, abrangendo localidades remotas e de difícil acesso, bem como possibilitando minimização de custos e, com isso, permitindo ampla difusão do conhecimento.

As instituições escolares vêm enfrentando crises e contradições, necessitando de reformas estruturais, de recursos financeiros, motivação de estudantes e professores que geram desorientação e incertezas. A tecnologia, vista por uma perspectiva global, influenciou nesta situação mais pelos efeitos que foram gerados do que pela incidência no seu interior. O fato é que a incorporação tecnológica na educação é pobre e lenta, principalmente no Brasil. Isto explica a pressão e a necessidade das mudanças.

O docente tem a responsabilidade de planejar e desenvolver o sistema ensino-aprendizagem, sabendo que o avanço na aprendizagem do educando seja priorizado, onde este é considerado como um recipiente de conhecimento. Diante das novas maneiras de educar e das novidades de aprender no mundo dinâmico da educação On-line, a avaliação necessita redimensionar o foco para a construção colaborativa das aprendizagens nos espaços virtuais de comunicação e interação síncrona e assíncrona.

1.3 PERTINÊNCIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ON-LINE

A modalidade EAD, não é recente, porém, as ferramentas tecnológicas utilizadas para aulas síncronas e assíncronas se modernizaram, as TICs avançaram e a Internet possibilitou processos de comunicação principalmente na área educacional, com o fomento dos AVA e plataformas para aulas On-line. Com a necessidade de fornecer meios para uma aprendizagem contínua, acompanhando as inovações oferecidas para o meio acadêmico e considerando as possibilidades tecnológicas no campo das telecomunicações e informática que fornecem meios e dispositivos cada vez mais diferenciados, abrangendo regiões e pessoas, com diversidade de idiomas e culturas. O EaD se torna precípuo no processo educacional, mostrando-se como modalidade inovadora e indispensável atualmente, com ferramentas diversificadas e voltadas à formação educacional, com aprendizagem centrada no aluno, e oferecendo oportunidades intrínsecas à sua utilização. Segundo as autoras Heeman e Townsend, “Na Educação a Distância (EAD), a avaliação formativa também precisa ser priorizada e, assim, evitar a avaliação tradicional realizada por meio de testes de múltipla escolha e com autocorreção.”

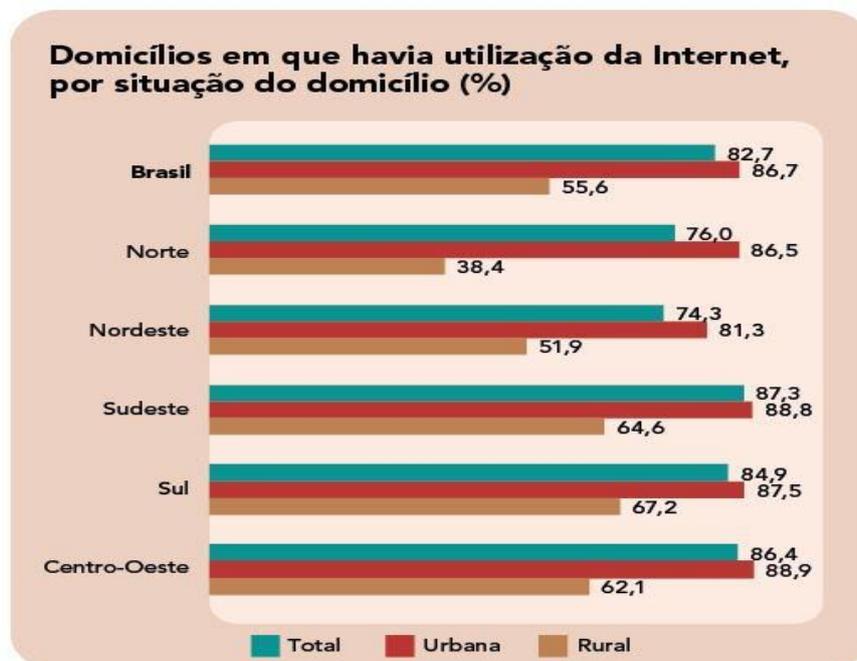
A partir das configurações que o ensino nos AVA, hoje nos modelos EaD e On-line, principalmente com a experiência de várias instituições nesse contexto, constata-se uma gama de práticas metodológicas originárias de diversas abordagens sobre os elementos que compõem a técnica docente nessa modalidade. Sobre acesso à internet, o Brasil tem hoje situação em que 67% dos domicílios possuem acesso à rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na DE. Para os domicílios que não têm atualmente acesso à internet, o motivo mais apontado como o principal pelo não acesso é o alto custo (27%), seguido do fato de os moradores não saberem usar a internet (18%). Dados como esses indicam a necessidade de se flexibilizar a disponibilização de internet às comunidades mais vulneráveis enquanto a situação de distanciamento social se fizer necessária, para tentar elevar o acesso de estudantes à rede e buscar reduzir potenciais efeitos na desigualdade educacional (CNE, 2020, p. 9).

A sociedade, passa constantemente por processos de mudança, e antes mesmo da pandemia de COVID-19, nas concepções a respeito de modelos de ensino, a evolução nas metodologias utilizadas nos AVA, nortearam os meios acadêmicos a uma adequação,

usando a tecnologia, mudando padrões de ensino, e ofertando a comunidade estudantil, uma forma de ensino eficaz. No contexto excepcional da pandemia, as pessoas e instituições enfrentaram uma necessidade repentina de readaptar seus modos de vida e seus meios de comunicação.

No EaD, as competências (aquisição de saberes) são relacionadas com os conhecimentos adquiridos e as habilidades (práticas e atitudes) no ato de resolver situações problemas, e no modelo On-line, de modo planejado e programado, com o desenvolvimento de pressupostos científicos e tecnológicos. Assim o suporte pedagógico tem que orientar os docentes ao fomento do uso de novas tecnologias, evitando assim a uma formação discente prejudicada pelo desconhecimento de ferramentas tecnológicas, fomentando assim a solução de problemas e a capacidade de domínio de novos cenários.

As melhorias na tecnologia e a ampliação do acesso à Internet levaram o EaD, e a modalidade On-line a uma situação de constatação de eficiência na área educacional, com um número crescente na abertura de novas Unidades de ensino, e com o estudo a distância, há a possibilidade de controle o tempo e na economia, o que favorece a participação em ambientes educacionais, com flexibilidade e autonomia de estudo, haja visto o número de pessoas que passaram a utilizar a internet no Brasil, conforme fig. 3.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Figura 3 - Acesso à internet - IBGE

Com o conhecimento da tecnologia na aplicação educacional pode-se utilizar ferramentas tecnológicas de modo planejado, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a aquisição de conhecimento, e o desenvolvimento de competências e habilidades. E nessa nova era, os meios tecnológicos facilitam a comunicação e torna o ensino mais dinâmico, estimulando a criatividade, empreendedorismo e autonomia para o estudo. Percebe-se que através das ferramentas encontradas nos AVA é possível dinamizar as atividades mesmo no modelo presencial. A informática, por exemplo, torna a aprendizagem flexível e interativa com acesso à informação permeando a qualidade e trazendo autonomia aos estudantes com o compartilhamento de práticas pedagógicas entre grupos de professores e alunos.

Ao introduzir ferramentas tecnológicas no modelo On-line, diferentemente do modelo tradicional, onde o aluno qual era por vezes considerado um receptor de informações, os estudantes têm a oportunidade se aprimorarem em diversos assuntos de acordo com seus intenções e necessidades, e consequência é um processo válido para a obtenção de conhecimentos.

A estrutura da Gestão escolar na área pedagógica para o ensino EaD, tem compromisso efetivo, não limitado a utilização de ferramentas, propiciando assim canais de comunicação através das TIC e desenvolvendo nos AVA, momentos de aprendizagem, onde as diretrizes curriculares proporcionarão a formação discente, atendendo ao panorama que esse meio necessita.

1.4 PROBLEMAS DA PEDAGOGIA NO EAD

Os AVA oferecem ferramentas tecnológicas, com pontos fortes e fracos, dessa maneira, necessita-se um planejamento em função de situações que poderão surgir e serem problemas ao longo do processo de ensino-aprendizagem, isto por desconhecimento de ferramentas tecnológicas, e por consequência não adequados a prática docente e não utilizados junto aos alunos, promovendo assim insucesso escolar. A docência no EaD modalidade On-line, necessita da utilização de tecnologias, e da atualização tecnológica, de forma que os alunos possam ter efetiva participação com responsabilidade e autonomia, sabendo que se não ocorrer acompanhamento pedagógico, o exercício e autonomia na aprendizagem sofrerem problemas, sabendo que os dispositivos tecnológicos são ferramentas que não substituem o professor, são elementos

fundamentais ao processo, porém, podem ser motivos de desmotivação e perda de rendimento. Caso, no EaD e na modalidade On-line, a avaliação da aprendizagem ocorra somente com testes finais, aplicados em momentos isolados da aprendizagem e sem Feedback, dessa forma a aquisição de conhecimentos será insuficiente, e consequentemente a avaliação não será plena e reflexiva. Dessa forma, exigem a memorização de conteúdo, cujo alcance avaliativo é limitado e fragmentado (OLIVEIRA, 2010).

Na relação professor-aluno, principalmente nos AVA com uso de plataformas digitais e utilização de ferramentas tecnológicas, nas aulas realizadas de forma síncronas ou assíncronas, são oferecidas através da internet, e por muitas sem a interação entre alunos e professores. Assim no EaD, a relação entre os participantes destas plataformas de aprendizagem, mantêm contato apenas através dos AVA, e essa falta da integração pode gerar problemas de relações atitudinais e dificuldades de relacionamento humano, em função da distância à integração presencial, é impossibilitada, e somente pelos meios virtuais, porém, um olhar por parte da equipe pedagógica é fundamental para acompanhar diferentes situações que poderão ser encontrada pelos integrantes do processo de ensino-aprendizagem.

A autogestão por parte dos discentes e aprendizes, é outra necessidade de grande reponsabilidade, sabendo que não há em muitos cursos a obrigação da participação de aulas On-line ou síncronas. Dessa forma, os alunos tem que exercer suas atividades com compromisso participação nos momentos conjuntos das aulas que ocorrem no EaD, tendo comunicação, diálogo, participação utilizando as ferramentas, desenvolvimento de atividades em equipes, promovendo o espírito de cooperação e colaboração. Em muitas literaturas o que se aprende é conhecido como saber, e a habilidade a prática do fazer, e assim as atividades de aprendizagem no EaD, precisam ser realizadas com responsabilidade, promovendo a aquisição de saberes e desenvolvendo habilidades na área de atuação.

Se o trabalho pedagógico for direcionado apenas ao desenvolvimento das habilidades, de forma contínua no EaD, possivelmente o desenvolvimento da capacidade de flexibilização e de resolução de situações, terão obstáculos, pela falta de interações entre docentes, tutores e alunos, conforme, pode-se verificar na figura 4. Os cursos EaD, exigem por parte de seus integrantes, um esforço maior, com envolvimento,

principalmente com os horários de estudo, diferentemente dos cursos tradicionalmente ministrados.

O material pedagógico, deve também ser direcionado para otimizar a aprendizagem, prezando pela participação e permanência dos alunos, e nesse contexto, a avaliação da aprendizagem tem assumido um papel de grande relevância de forma que a prática docente a terá com elemento que não poderá gerar dúvidas ou equívocos, provenientes das práticas de avaliação das modalidades tradicionais de ensino, sabendo que há uma cultura de resistência a inclusão de novas mudanças à prática escolar.

Outro fator de grande importância é a organização escolar por parte do aluno, isto, considerando que a organização curricular atende as diretrizes para favorecer a aprendizagem à distância. O aluno sem sistematização, poderá ter acúmulos de atividades, e conseqüentemente, terá dificuldades para acompanhar o andamento das aulas, assim surgirá a desmotivação e possível desistência do curso. O aluno precisa de ter local tranquilo, sem interferências, propício à participação nas aulas On-line, uma rotina organizada para os estudos e estar atendo as demandas nos AVA.

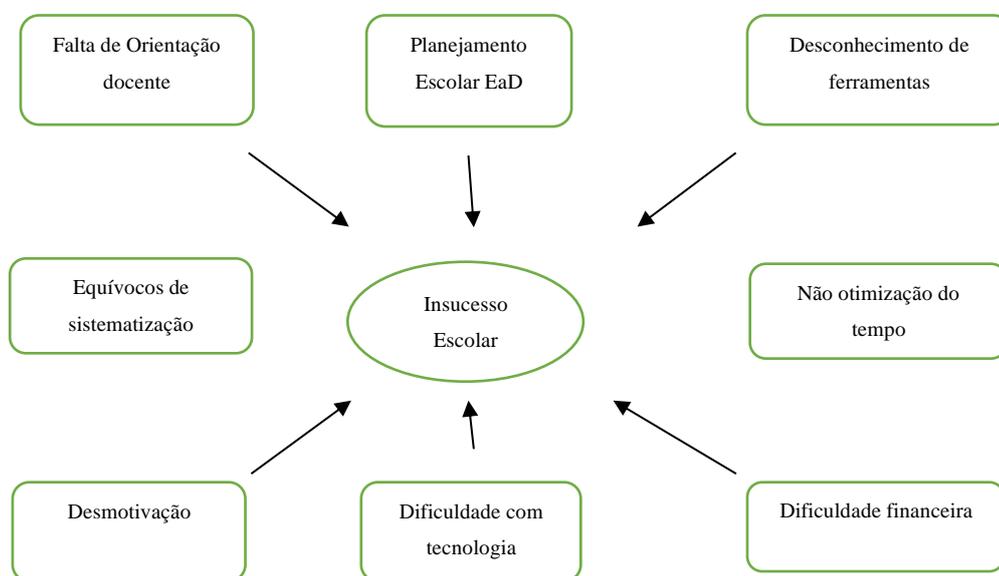


Figura 4 - Dificuldades no EaD - Elaboração própria

Algumas instituições introduzem o uso de computadores e acesso a internet nas escolas a elas vinculadas, porém isso não traz garantia do aprendizado efetivo, gerando apenas o acesso à informação, quando não há uma transformação da informação em conhecimento, não se percebe uma melhoria na qualidade do ensino. Para que haja uma real construção do aprendizado é preciso que o docente trabalhe junto aos discentes de forma mais efetiva, não apenas o uso da tecnologia para leitura, consulta e entrega de atividades, onde o docente foca apenas na transmissão dos tópicos, é preciso que o discente se torne protagonista na construção do saber, utilizando os recursos tecnológicos com a orientação e mediação dos seus professores para desenvolver um aprendizado efetivo.

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)		
	Total	Condição de estudante	
		Estudante	Não estudante
Aparelho telefônico era caro	27,7	39,4	23,2
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	22,6	7,2	28,5
Não sabiam usar telefone móvel celular	21,9	4,9	28,4
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	16,4	29,6	11,3
Serviço era caro	2,9	3,8	2,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,0	1,8	2,1
Outro motivo	6,5	13,2	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Figura 5 - Pessoas que não possuem celular – IBGE

No modo virtual a motivação se dá por atividades diferenciadas e com a funcionalidade dos sistemas tecnológicos, assim o envolvimento dos alunos em processos de aprendizagem, exige maior participação, não limitando somente a memorização de conteúdos e à transmissão de informação. Outro problema, são pessoas que por dificuldades pessoais, como: não possuir equipamentos, como computador, notebook, tablet, telemóvel, celular, etc. para desenvolver atividades remotas, de acordo com dados IBGE, a fig. 5, temos indicadores que demonstram essa situação.

CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO NOS AVA

2.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

De forma conceitual, na pedagogia, a avaliação de aprendizagem, assume função fundamental para elencar indicadores sobre o processo de ensino-aprendizagem, entretanto, diferentemente do modelo tradicional, onde avaliar significa mensurar e classificar, onde, os processos contínuos de avaliação, refletem uma situação mais segura com relação ao processo de ensino-aprendizagem, pois, agrega etapas de diagnósticos, orientação e reorientação, com indicadores, para verificação do rendimento do corpo discente, de acordo com proposta curricular.

Nos meios acadêmicos, os alunos são submetidos a um processo de aprendizagem e seguindo os Pilares da Educação, tabela 1, não podem ser esquecidos, pois, o conjunto de etapas, deve ser o menos segmentado, e hoje devemos inserir o domínio de tecnologias para promover uma aprendizagem progressiva.

Tabela 2- Pilares da Educação

Pilares da Educação			
<ul style="list-style-type: none">- Ensinar- Orientar- Regular- Observar- Identificar	<ul style="list-style-type: none">- Promover atividades: Colaborativas e Cooperativas	<ul style="list-style-type: none">- Aprender- Fazer- Ser- Conviver	<ul style="list-style-type: none">- Interesse- Participação- Atenção- Frequência- Disciplina- Aplicação de conhecimentos- Aplicar os conhecimentos- Cooperação- Colaboração- Ter relacionamento- Compreender as ações atitudinais- Valorização- Empatia- Usar tecnologia

Elaboração própria, 2022

O trabalho docente com foco na avaliação, deve-se levar em consideração que a avaliação não deve ter a intenção de aprovar ou reprovar e sim o objetivo de subsidiar o ato de avaliar para que os alunos aprendam, a avaliação deve ser fundamental para auxiliar na construção do aprendizado dos discentes ou seja a avaliação deve ser sinônimo de aprendizagem.

Por muitas vezes a avaliação está vinculada a uma classificação, o que acaba por promover desconforto e que é para ser um processo fundamental na construção do aprendizado, torna-se negativo, entretanto, a avaliação deve ser usada como elemento balizador da prática educacional, contribuindo para uma reflexão para a aprendizagem.

No ambiente escolar onde o erro deve ser entendido, pois este faz parte do processo do aprendizado, devendo ser tratados de forma a aperfeiçoar o aprendizado, porém às vezes a avaliação é usada como punição.

Na LDB há a afirmação que é necessário avaliar o aluno de forma constante, ou seja, uma avaliação contínua e que ele avalia o todo tempo, trazendo os aspectos qualitativos acima dos quantitativos.

A avaliação normalmente é associada a falar de prova, porém não é apenas isso a avaliação é mais ampla, ela deve estar em função da aprendizagem do aluno.

O professor deve sempre viabilizar a aprendizagem, mas ele deve sempre pensar que não há uma única forma de aprender, sempre com consciência que a aprendizagem é um processo que nunca se encerra.

A forma em que as escolas se organizam, divisões em séries, idades e conhecimento de forma que a escola fosse para todos, é pensado também na forma que se vai avaliar, pois cada série tem um conjunto de conteúdos que deve ser pensado na hora de avaliar, dessa forma é realizada a aprovação ou retenção do aluno, criando aí uma relação entre nota, prova e avaliação. No início da educação houve uma homogeneização dos alunos, onde pensa-se que todos os alunos da turma possuem a mesma base para a construção de novos conhecimentos. A escola passa por mudanças.

Na LDB traz novos termos para avaliação, para tentar romper a forma como a avaliação era executada, fomentando uma avaliação globalizada, integradora e formativa. Porém até os dias atuais a tradição dos exames aplicados se mantém nas unidades de ensino.

Segundo o SILVA & GOMES, 2021:

“... a tentativa de sistematizar as concepções de avaliação é tarefa complexa que, inevitavelmente, deixará em segundo plano, ou sem a ênfase necessária, aspectos importantes ...”

Os autores SILVA & GOMES, sintetizaram um quadro com as tendências de avaliação no campo educacional:

Tabela 3 - Síntese das tendências do campo disciplinar da avaliação

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS CIRCUNSCRITAS AO PERÍODO	TENDÊNCIAS PARA ALÉM DO PERÍODO
Mensuração	Tradição examinista Utilização de testes e exames Testes de memória Mensuração dos conhecimentos dos alunos (objeto)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendência ao gerencialismo 2. Teoria social funcionalista 3. Paradigma racionalista de investigação 4. Abordagem predominantemente quantitativa 5. Perspectiva técnica da avaliação
Objetivos	Avaliação de programas, conteúdos, estratégias de ensino e os padrões organizacionais Avaliação para mudança do padrão de comportamento Alunos tornam-se objeto da avaliação Avaliação do currículo	
Juzo de valor	Juzo de valor sobre o mérito do objeto de avaliação Problematização dos objetivos dos programas educacionais Reconhecimento de distintos papéis da avaliação Avaliação como tomada de decisão Profusão de modelos avaliativos	
Negociação	Profusão de modelos avaliativos Avaliação como tomada de decisão Avaliação democrática Avaliação formativa Avaliação global	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendência holística 2. Teoria social pluralista 3. Paradigma dialógico-democrático 4. Abordagem qualitativa, modelo naturalista 5. Perspectiva política da avaliação
Hibridização	Combinação, harmonização ou conflitos das/entre concepções de avaliação Ênfase na avaliação externa dos sistemas de educação Debate, ascendência e articulação com políticas regulatórias Atuação estatal: reformas da educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Embates políticos recorrentes 2. Disputas entre as concepções gerenciais e democráticas de avaliação 3. Conflitos entre as formas de legitimidade técnica e política 4. Distintos modelos de tomada de decisão

Fonte: SILVA & GOMES, 2021

A avaliação por mensuração, analisa o conceito com tendência quantitativa, enquanto por classificação, a avaliação é por meio quantitativo, sendo que a eficiência da gestão não é questionada. A avaliação tradicional é vista como neutra, liberando o avaliador de qualquer responsabilidade ética sobre o resultado da avaliação e seu uso.

A tendência utilizada no campo da avaliação é aquela que agrega vários instrumentos, utiliza a agregação de concepções com enfoque para tomada de decisões. Para trazer uma avaliação mais formativa e menos classificatória, deve-se mudar os parâmetros de análise, pois a avaliação está vinculada ao sistema de ensino, sendo ainda o elemento constante entre a escola e a família, pois os pais têm conhecimentos contínuos do progresso e das dificuldades encontradas por seus filhos. Esse conhecimento é visto pela maioria através das notas ou conceitos. Outro ponto fundamental do processo de ensino encontra-se no planejamento e na execução de processos de geração de indicadores, onde a avaliação permite que o docente realize uma verificação do por quê

um conceito não foi compreendido pelos seus alunos, e se apropriando do uso de tecnologias, pode-se averiguar os motivos pelos quais os ensinamentos não foram compreendidos ou se as metodologias de trabalho não são efetivas, tornando-se necessário modificar seu planejamento didáticos. Esses processos são permitidos através da educação, dessa forma PERRENOUD, 2008 desenvolveu um octógono, que permite visualizar a avaliação como centro do processo de ensino.

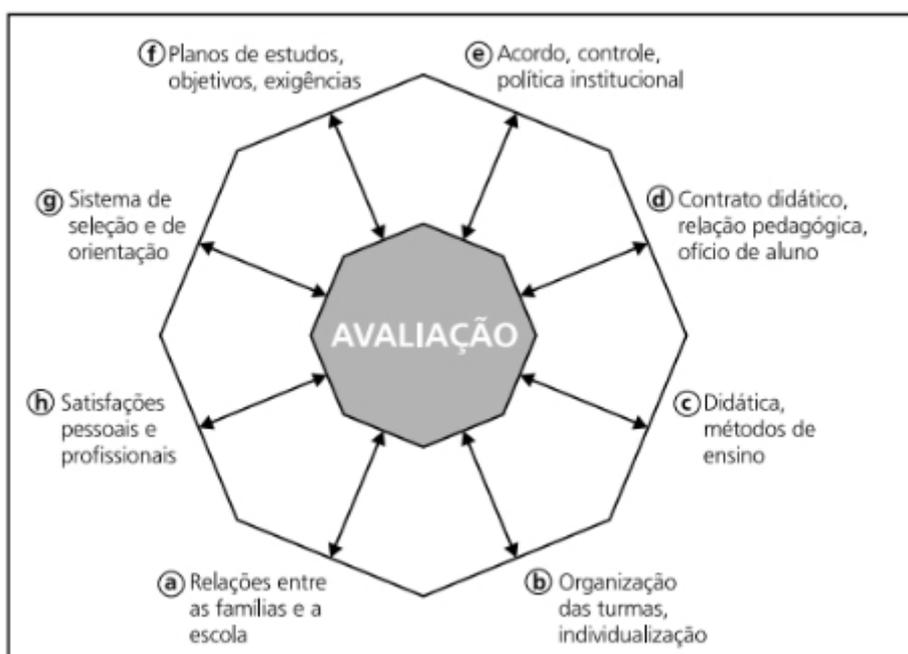


Figura 6- Avaliação no Centro de um octógono – PERRENOUD, 2008

Visto que a avaliação se encontra no centro desse processo de ensino e que suas mudanças impactam de forma complexa vários aspectos do processo de ensino, utilizar-se do conceito de hibridização no processo de ensino, implementando metodologias ativas, uma pedagogia participativa que coloca o aluno como protagonista não interfere nessa estrutura consolidada no ensino.

A avaliação faz parte do contexto do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades de Ensino, e discutida nos Planejamentos Escolares, pois, através de sua aplicação, consegue-se acompanhar o progresso do aluno, orientando-o sobre pontos de melhoria, aplicando também o processo de reorientação e recuperação minimizando e eliminando as lacunas de aprendizagem que precisam ser preenchidas, de forma que possam assim alcançar o sucesso escolar, e as instituições atuam de forma a exigir uma articulação entre o ensinar, e a ação de avaliar, como pode ser observado nos parágrafos

do Regimento Comum das escolas Técnicas do Centro estadual de Educação Tecnológica Paula Souza no Anexo 3 . Segundo Kraemer (2005), a palavra “avaliar” vem do latim, e significa atribuir valor e mérito ao objeto estudado, ou seja, atribuir um juízo de valor para analisar a qualidade do resultado de um processo.

2.2 ÉTICA E DIMENSÕES DA GESTÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO EaD

É muito salientas as dimensões da avaliação da aprendizagem, principalmente no EaD, em onde os indicadores de desempenho, identificarão resultados e comportamentos. Os resultados na forma de que foram elaborados e apresentados, e na maneira que foram entregues ao corpo docente, e a parte comportamental na forma como essa entrega foi realizada, e nesse ponto ressalta-se a responsabilidade e ética tanto na condução como na participação do processo, valendo esta premissa para todos os participantes do processo.

Cabe lembrar que resultados não são os elementos mais importantes do processo, e sim a maneira com estes são conduzidos, de forma a priorizar a formação do aluno. O modo como os feedbacks são realizados e resultados apresentados, fomentam uma participação mais individualizada, com o anonimato da entrega de resultados, lembrado, o respeito a proteção de dados, como descrita na Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/18, que é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais.

Uma das maneiras de se expandir o desenvolvimento é a partir da reflexão sobre a avaliação, realizando feedback de forma individualizadas, com o cuidado de não expor o aluno a situações indesejáveis perante o corpo discente. Conseqüentemente, haverá uma excelente comunicação no AVA promovendo o aumento do rendimento fomentando o sucesso escolar. É muito importante ter a clareza ao estruturar um corpo de avaliação de desempenho para uma avaliação, o processo tem que atender a uma gestão de promoção do conhecimento, e com o uso de Ferramentas Tecnológicas, esta estruturação necessita ser realizada com clareza e transparência.

Uma concepção muito encontrada, é que, na elaboração de avaliações, por serem pessoas diferentes, várias visões são encontradas, por esse fato é relevante ter um

alinhamento institucional, onde, os participantes do processo, devem ser comunicados na maneira que serão avaliados, e com quais ferramentas, evitando assim desvios no processo. Dessa forma pode-se perceber que a Gestão Pedagógica no acompanhamento da elaboração das avaliações, é essencial para que os alunos alcancem resultados melhores, atingindo o sucesso escolar.

2.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO

Temos atualmente uma série de ferramentas, bem como de instrumentos para avaliação de aprendizagem aplicada ao corpo discente, através de atividades, provas objetivas e dissertativas, orais, testes, questionários, portfólios, simpósios e apresentações de trabalhos nos modelos On-line, híbrido e presencial, e dessa forma, o processo de avaliação contínua ocorre, e na tabela 3, é possível se verificar os modelos: diagnóstica, formativa e Somativa, onde o acompanhamento e feedback, contribui para a constatação da aprendizagem no alcance do conhecimento, adquirindo competências e desenvolvimento de habilidades.

Tabela 4- Tipos de Avaliação - Elaboração própria

Tipos de Avaliação	Função	Proposta Curricular	Período de Aplicação	Indicadores
Diagnóstica	Diagnóstico	-Identificação de Conhecimentos Prévios; - Informações sobre lacunas de aprendizagem	Início de períodos de ensino ou início de desenvolvimento de conteúdos específicos	- Conceitos - Mensurações
Formativa	Controle de ações	- Constatar os objetivos de aprendizagem; - Monitora o aprendizado; - Aluno recebe Feedback	Durante o processo de ensino-aprendizagem	- Conceitos - Mensurações
Somativa	Classificação	Identifica aproveitamento do aluno e resultado	Final de período	Notas

Elaboração própria, 2021

2.2.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica é a ferramenta que traz subsídios sobre o domínio por parte do estudante em determinados conhecimentos, habilidades e competências já adquiridos, sendo possível elencar os tópicos a serem trabalhados em tópicos específicos. A partir de então, guiar o planejamento docente e a escolha por intervenções pedagógicas adequadas, como forma de promover a recuperação dos pontos identificados como fracos.

Além disso, a diagnóstica permite que o professor possa adequar suas abordagens e estratégias de ensino às necessidades de cada aluno, estimulando seu progresso e fazendo com que ele atinja novos patamares em suas competências. Recomenda-se a aplicação da avaliação diagnóstica no início do processo de ensino. Dessa forma, é possível analisar o conhecimento prévio dos alunos em relação aos pontos a serem trabalhados e auxiliar o docente em propostas para o resgate de conhecimentos prévios. Sucintamente, essa é a avaliação utilizada para coletar dados sobre o que os alunos já sabem sobre um determinado conteúdo. Elas são aplicadas para se conhecer a base de conhecimento atual do aluno ou as suas visões atuais sobre um tópico/questão a ser estudado.

Esse aspecto diagnóstico é uma das características mais importantes de modelo de avaliação o que releva uma forma do professor no início do processo, identificando as lacunas, dificuldades e necessidades dos alunos, e dessa maneira replanejar as ações e propor intervenções para trabalhar pontos que apresentam dificuldades com maior ênfase, e resumindo, a avaliação diagnóstica é elemento norteador para o professor e seus alunos, fazendo com que a construção do conhecimento seja um processo que respeita as características e individualidades.

2.2.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa, tem como objetivo de dar subsídios ao professor para monitorar o processo de aprendizagem, auxiliando-o ao longo do desenvolvimento com orientações de estudos, de forma contínua e significativa, norteador os alunos norteador os docentes na ação de ensinar e motivando os alunos para a obtenção de conhecimentos no objeto de estudo. É fundamental que durante o processo, o corpo discente tenha feedback do seu desenvolvimento, promovendo melhoria na aprendizagem e

conhecimentos mais abrangentes. Nesta fase do processo ensino-aprendizagem, as dificuldades e falhas no entendimento de assuntos, podem ser sanados, orientando os alunos neste período de aquisição de saberes. Nesse tipo de avaliação, é permitido identificar falhas e reorientar trabalhos com aperfeiçoamento constante, e principalmente com a utilização de feedback para os alunos, melhorando a concepção de suas atividades, aperfeiçoando o período de aprendizagem. Desta forma, a avaliação formativa necessita por parte do professor, um acompanhamento individualizado, conhecendo as características de cada aluno, pois, são pessoas com ritmos diferentes, premências específicas e lacunas de aprendizagem, sendo que este modelo de avaliação, é direcionado para a formação de pessoas competentes e autônomas na construção do conhecimento e resolução de problemas.

As atividades apresentadas para a avaliação formativa, na realização de tarefas significativas, devem ser planejadas e relevantes, para levar o aluno a uma aprendizagem contínua, na construção do conhecimento

Ao instituir esse processo em sua escola, você passa a mensagem a pais e alunos que a sua instituição passa valores morais e éticos, como autonomia, responsabilidade, capacidade de gestão e autoconhecimento. É importante salientar, que a avaliação formativa tem a característica da democratização, onde, os alunos não são meras matrículas e sim humanos em evolução, que contribuirão para a construção do conhecimento, propiciando avanços na sua sociedade.

Eles poderão observar quais as práticas didáticas funcionam e o que precisam melhorar e aprimorar, além de entender os desafios individuais dos alunos e pensar em estratégias que atuem de maneira específica.

É claro que a avaliação formativa não é uma tarefa fácil e vai exigir de professores, alunos e de coordenadores tempo e empenho, já que é uma estratégia para ser pensada fora da caixa, mas certamente trará muitos bons frutos a todos que participarem desse processo de construção mútua de conhecimento.

2.2.3 AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa tem como finalidade avaliar quais foram as habilidades e competências adquiridas pelo aluno ao final de um processo educacional. O objetivo principal de um educador é proporcionar a aprendizagem dos alunos a partir de práticas pedagógicas efetivas e de qualidade, com um conjunto de práticas que utiliza diferentes métodos de avaliação para validar de forma individual o processo de ensino-aprendizado dos alunos. As provas tradicionais são direcionadas à reprodução do conteúdo aprendido, sendo unilaterais e não dando brechas para que os alunos apresentem aos professores feedbacks sobre suas aulas, atribuindo a eles pouco protagonismo no processo de absorção do conhecimento, e na figura 6, pode-se ser verificado uma sequência de avaliação na formação do aluno.

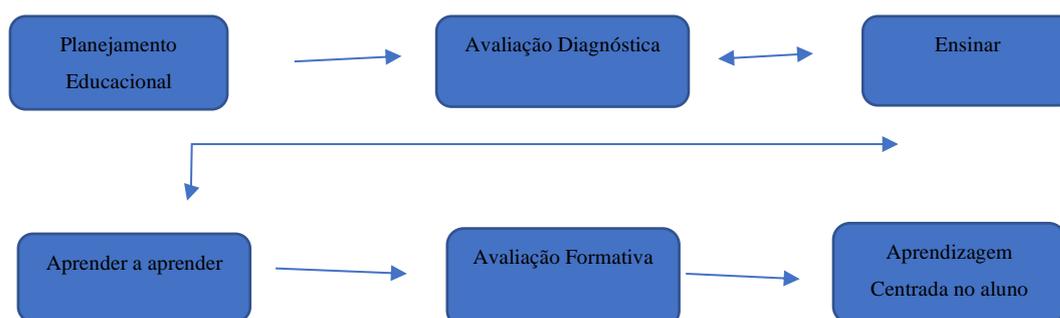


Figura 7- Sequência de avaliação - Elaboração própria

Um educando com determinado estilo de aprendizagem terá melhores resultados se o ensino for feito no estilo correspondente. Cabe ao professor atentar para adequar os estilos de ensinar aos estilos de aprendizagem dos seus alunos e não apenas aos seus próprios estilos de aprendizagem (BRAATHEN, 2013).

2.3 AVALIAÇÃO NAS MODALIDADES EAD E ON-LINE

Com relação à avaliação no ensino a distância, os desafios são maiores, haja visto que não há o contexto presencial, bem como informações comportamentais mais precisas sobre os alunos, porém temos várias possibilidades de utilização de ferramentas digitais nos Ambientes Virtuais de aprendizagem, sabendo que atualmente há a ênfase de

avaliações: diagnóstica, formativa e somativa, com uma educação integradora, onde o aluno é o foco da aprendizagem, conforme figura 8.

É preciso que o professor da EAD consiga capacitar seus alunos para o “aprender a aprender”. Como explica Litto (2010, p. 23), “Aprender como aprender será a habilidade mais importante a ser adquirida por todas as pessoas no futuro. Aprender, nesse sentido, tem significado de adquirir saberes, identificar problemas, encontrar a referência mais adequada para a resolução do problema, obter, e apresentar seus resultados com clareza, possibilitando assim uma visão docente do nível de aprendizagem.

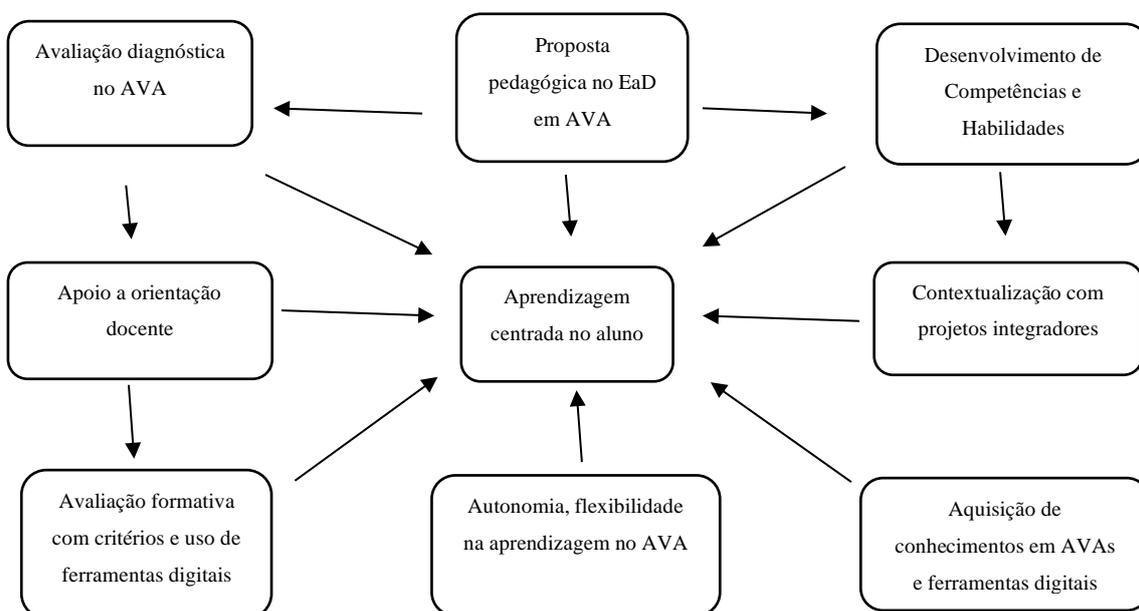


Figura 8 - Avaliação Centrada no Aluno - Elaboração própria

A avaliação é um processo vinculado a aprendizagem, atua como elemento norteador de docentes e tutores, estimula o replanejamento de ações metodológicas, mobiliza a participação dos alunos, não sendo apenas aplicação de atividades e provas de classificação, fomentando aprovação ou retenção, mas, um conjunto de instrumentos e critérios estruturados para orientar a aprendizagem, assim nos cursos a distância a avaliação é uma oportunidade de promover os Pilares da Educação conforme, apresentado na a tabela 1.

No EaD há uma busca constante por tipos de avaliação nos modelos On-line em híbrido, que possibilitem a avaliação plena do aluno, fomentando referenciais baseados no acompanhamento do rendimento, tanto de forma individual como em grupo, e nesse contexto da Educação à Distância (EaD) a avaliação tem significado ainda maior por

possibilitar o entendimento do comportamento do aluno e favorecer a identificação de situações que levem a falta de assimilação. Com plataformas existentes, os AVA dão suporte à EaD e baseados na web novas ferramentas, dão possibilidade à EaD principalmente na avaliação a distância, pois, através da TIC, há um meio integrador que propicia a interação dos docentes e tutores com os alunos, e com esses recursos, os AVA oferecerem várias possibilidades para a aplicação das avaliações: Diagnóstica e formativa, conceituando assim a aquisição de conhecimento dos alunos e aprendizes, com registros das atividades e participações destes durante o processo de ensino.

Se competência é articular saberes [...] conhecimentos, [...] habilidades e [...] atitudes, então, como isso pode ser avaliado na educação virtual? De que forma um professor pode estabelecer estratégias que se adaptem a diversos tipos de alunos e situações para o desenvolvimento de competências? Como aferir, de forma eficiente e eficaz, os resultados quanto à aquisição de competências de cada aluno? (PRIMO, 2005, p. 2).

A ação de avaliar exige por parte do corpo docente, muita responsabilidade, atenção e tempo dispensado para a análise qualitativa do processo, reorientação das atividades incrementadas durante as aulas, promovendo um substancial avaliação formativa. Assim, as novas tecnologias no meio da informática podem ser exploradas melhorando o suporte ao docente no EaD e prover suporte ao professor na recolha de dados, propiciando uma análise de informações significativas à avaliação formativa. Transferir a classe de aula para ambientes virtuais, abre a escola para o mundo da educação, associando nos AVA ferramentas para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, realizando diagnósticos contínuos e orientado os objetivos educacionais, norteando os alunos com uma avaliação voltada para a aprendizagem, com instrumentos e critérios estabelecidos pelos docentes, diante de seu planejamento pedagógico.

No EaD, os alunos devem ser estimulados a participação nas diversas atividades propostas, para favorecer a sua aprendizagem, e muitas das informações pertinentes são obtidas com avaliações durante o processo. De acordo (Santos, 2015), a avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando que ele atinja os objetivos do curso e seus objetivos pessoais.

Ao se falar em avaliação no EaD, não se observa somente um momento isolado e pontual, mas, de um sistema amplo inserido em um projeto pedagógico em várias modalidades de ensino, e principalmente na modalidade a distância, onde as ferramentas digitais, possibilitam recursos eficazes de comunicação, propiciando momentos de integração, favorecendo aspectos qualitativos do processo ensino-aprendizagem.

Ao se realizar um planejamento das práticas educacionais, os instrumentos e critérios de avaliação, devem ter um olhar especial, em função das ferramentas digitais a serem utilizadas, garantindo momentos ímpares, verificando se os objetivos propostos estão sendo alcançados e ressaltando que a escolha das ferramentas digitais a serem empregadas é de grande importância.

Entendendo a importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, nos AVAs, temos a oportunidade de aplicarmos ferramentas digitais, com o potencial de seus recursos para uma avaliação qualitativa, identificando assim indicadores de uma aprendizagem significativa e centrada no aluno. Dentro de um ambiente de aprendizagem virtual o AVA, nós temos diversas ferramentas que auxiliam nesse processo de ensino-aprendizagem, sendo que essas ferramentas conforme GONZALES (2005), podem ser divididas em quatro grupos, sendo eles: Coordenação, Comunicação, Produção/Cooperação dos alunos e Administração. Assim as possibilidades hoje oferecidas pelas TICs, quando aliadas à EaD, são inúmeras e podem ser utilizadas de acordo com os objetivos a serem alcançados.

2.4 EFICIÊNCIA DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Com avanço tecnológico no âmbito educacional permitiu o surgimento de novas modalidades de ensino, facilitando o alcance de novos territórios e desta forma permitindo que pessoas que antes não tinha acesso à educação, enfim tivessem a possibilidade de se graduarem. Estes novos métodos obrigarão a revisão de novas práticas e leis acerca da educação, tendo em vista que a educação teve de ser moldada em relação a necessidade e agora com a tecnologia inserida, as oportunidades que esta permitiu acontecer. E a partir desse pensamento e da necessidade de levar o conhecimento em diferentes áreas que não era possível até o avanço tecnológico, surge algumas metodologias diferenciadas, que fazem uso deste meio como principal fonte de interligação do professor com o aluno.

Destacam-se alguns desses métodos, por serem os mais populares dentre os métodos alternativos de ensino que se utilizam da tecnologia como principal forma de transmissão de dados e informação.

Eles precisam ser minimamente letrados em TIC para entender e operar os dispositivos e aplicativos. Eles também têm que pesquisar e acessar os textos que precisam ler através do uso de mecanismos de busca, menus, links, abas e outras funções de paginação e rolagem. Devido à profusão descontrolada de informações na Internet, os leitores também precisam ter discernimento na escolha de fontes de informação e na avaliação da qualidade e credibilidade da informação. Finalmente, os leitores precisam ler textos para corroborar informações, detectar possíveis discrepâncias e conflitos e resolvê-los (PISA, 2018).

Várias são as ferramentas que podem ser utilizadas para a participação dos alunos, como na avaliação de aprendizagem. Na tabela 4, encontramos uma série de Ferramentas Tecnológicas, que podem ser utilizadas como ferramentas de ensino e instrumentos de avaliação associados a eficiência, critérios estabelecidos. Cabe ressaltar que um fator relevante no ensino EaD, são os Feedbacks, que podem ser aplicados as ferramentas utilizadas, agregando um retorno para o aluno, o auxiliando no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo FILGUEIRAS (2016, p. 2): “Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no Exterior informam que escolas que utilizam computadores no processo de ensino-aprendizagem apresentam melhorias nas condições de estruturação do pensamento do aluno com dificuldades de aprendizagem, compreensão e retenção. Colaboram, também, para melhor aprendizagem de conceitos matemáticos já que o computador pode constituir-se num bom gerenciador de atividades intelectuais, desenvolver a compreensão de 8 conceitos matemáticos, promover o texto simbólico capaz de desenvolver o raciocínio sobre ideias matemáticas abstratas, além de tornar a criança mais consciente dos componentes superiores do processo de escrita.”

Tabela 5- Ferramentas Tecnológicas

Ferramenta Digital	Eficiência	Critério de avaliação
Questionário On-line	Oferece opção de tempo e questões diversificadas para reconhecimento	Participação na resolução de atividades em atividades programadas
Fórum de discussão	Discussão com o grupo de alunos sobre determinado tema	Capacidade de argumentar e colaborar
Fórum de dúvidas	Feedback de questionamentos	Qualidade das indagações e participações
Chat	Se obtém informações sobre: contribuições, tempo de acesso e qualidade da discussão	Participação com atuação colaborativa e pertinência junto ao assunto estudado
Blog/Diário de bordo	Registro de procedimentos, determinando o itinerário	Criatividade, participação e observações de ações realizadas,
Ambientes de apresentações síncronas	O uso dos recursos tecnológicos promove um aprendizado colaborativo.	Apresentação de tópicos pelos componentes das equipes constituídas
Workshop	Participação de grupos, com vários elementos	Distribuição de ações colaborativas
Pesquisa	Atividade individual ou em grupo	Explicação sobre os tópicos estudados
Relatórios	Elaboração individual	Apresentação de: Descrição das atividades; Resultados; Discussão; Conclusão e Referências bibliográficas
Produção de vídeos	Atividade individual ou em grupo	Qualidade do material para interações em
Portfólio	Espaço para registro de reflexões sobre atividades e informações.	Período de construção e qualidade de informações pertinentes ao estudo
Wiki	Texto interativo, construído por vários elementos colaborativos.	Indicação de postagens pelos integrantes;

Elaboração própria

O permanente avanço tecnológico e científico acarreta distintas mudanças que refletem, atualmente, tanto na sociedade como nos ambientes educacionais, e práticas de ensino têm passado por alterações em função das novas tecnologias, fazendo com que ocorra uma reorganização da ação pedagógica. Assim a criação de plataformas digitais na prática docente identifica necessitam de novas ferramentas tecnológicas propiciando uma gama de ações nos AVA, principalmente auxiliando os processos de avaliação, onde na tabela 04, podemos evidenciar ferramentas com propostas educacionais e tendo a possibilidade de utilizá-las como instrumentos de avaliação. As ferramentas de comunicação, tem como foco promover a interação e aprendizado, como por exemplo: fóruns, e-mail, bate-papo e outros (GONZALES, 2005).

Nesse estudo, ressalta-se a importância do uso diversificado de ferramentas tecnológicas nos Ava diante do processo avaliativo, considerando a necessidade de contar com instrumentos válidos e confiáveis de avaliação com critérios bem definidos, em momentos de aquisição de saberes propiciando a formação do aluno em plataformas digitais. As ferramentas podem auxiliar o docente no acompanhamento do ensino-aprendizagem, com base nos resultados alcançados durante o processo, o qual envolve a aquisição e desenvolvimento de saberes, práticas, experiências, capacidades e comportamentos.

É certo que a tecnologia promoveu mudanças significativas e fundamentais no processo de ensino-aprendizagem que são indispensáveis para a obtenção de melhorias significativas no desempenho de alunos e professores no EaD. Isso porque através da sua utilização é possível aprimorar e desenvolver o ensino e a aprendizagem, de maneira relevante resultando em um processo de ação contínua. Dessa forma, a utilização da tecnologia em AVA se dá por meio de ferramentas tecnológicas desenvolvidas com o objetivo de tornar todo o processo integrado e flexível.

2.5 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS ASSOCIADOS NOS AVA

A avaliação é um processo integrado a aprendizagem e atua como indicador de aprendizagem, elemento incentivador, e no EaD, as ferramentas tecnológicas utilizadas como instrumentos de avaliação, necessitam de critérios para propiciar um momento para o professor ter a oportunidade de mensurar a aprendizagem e através destas ferramentas

realizar feedbacks e orientações. Cabe ressaltar que instrumentos, são aquelas ferramentas utilizadas e critérios, são dispositivos que dão suporte para uma avaliação efetiva.

A partir da proposta da utilização de Ferramentas Tecnológicas como instrumentos de avaliação, critérios são instituídos como: cumprimento de prazo; o cumprimento das atividades propostas; capacidade de argumentação consistente; relacionamento de ideias; domínio de linguagens; a coerência e coesão; pertinência das informações; o relacionamento de conceitos; o Atendimento as normas; o Trabalho coletivo; o Organização do trabalho

Atualmente, as possibilidades de acesso à internet têm se intensificado, principalmente com advento das TICs e dos AVAs, e assim ampliou-se o apoio a área educacional, com o favorecimento de utilização de ferramentas tecnológicas. À medida que tais ferramentas vão se popularizando, ocorrem mudanças profundas em diversos setores, inclusive o da educação. Segundo dados do IBGE na área de Ciências Sociais, cerca de 70% dos jovens brasileiros usam computadores como apoio aos estudos. Isso mostra como os avanços tecnológicos têm permitido novas formas de aprender e ensinar. Porém, a influência da tecnologia educacional não se restringe apenas aos momentos de estudo dos alunos. O ambiente da sala de aula também tem sofrido mudanças, e cabe aos educadores utilizá-las a favor do ensino.

Várias são as ferramentas que podem ser utilizadas para a participação dos alunos, como na avaliação de aprendizagem. Na tabela 8, encontramos uma série de Ferramentas Tecnológicas, podendo ser utilizadas como de instrumentos de avaliação, associados a critérios, que denotam os instrumentos de recolha de dados escolhidos, e sempre cabe ressaltar que um fator relevante no ensino EaD, são os Feedbacks, que podem ser aplicados as ferramentas utilizadas, agregando um retorno para o aluno, o auxiliando no processo de ensino-aprendizagem.

Na tabela 5, sugere-se uma série de critérios que podem ser utilizados junto aos instrumentos de coleta de dados.

Tabela 6- Instrumentos e Critérios de Avaliação

Ferramentas Tecnológicas como Instrumentos de Avaliação e Critérios associados						
Instrumentos	Critérios					
	Participação/ frequência	Clareza de dados	Coerência e coesão	Pertinência de Informações	Organização	Relacionamento de conceitos e ideias
Ambientes de apresentações síncronas	x	x	x	x	x	x
Questionário	x		x			x
Exercícios de fixação	x		x		x	x
Workshop		x	x	x	x	x
Pesquisa		x	x	x	x	x
Relatórios		x	x	x	x	x
Produção de vídeos				x	x	x
Portfólio	x	x	x		x	x
Wiki		x	x	x		x

Elaboração própria

Definida a fase de avaliação, e após o processo de diagnóstico, retroalimentação (feedback), os docentes, conceituam a aprendizagem, e realizam a mensuração, não como elemento classificatório, mas, com a característica do nível de aprendizagem assimilado pelo aluno, como se apresenta na tabela 6.

Tabela 7 - Definição de conceitos e menções - Fonte: Regimento Centro Paula Souza

Definição	Conceito	Menção
O aluno obteve excelente desempenho, aquisição plenas das competências do componente curricular	Excelente	MB
O aluno obteve bom desempenho das competências do componente curricular	Bom	B
O aluno obteve desempenho razoável das competências do componente curricular	Regular	R
O aluno não obteve desempenho das competências do componente curricular	Insatisfatório	I

Fonte: Regimento Centro Paula Souza

Desde o início dos tempos o homem busca maneiras de transmitir seu conhecimento de maneira mais rápida e precisa, de forma, que possa facilitar a transmissão e a recepção destas informações, tendo em vista o avanço da tecnologia, utilizou-se este diferencial para também fins educacionais, onde se possibilitou várias novas modalidades de ensino e experimentos. Um dos propósitos do uso de ferramentas tecnológicas no EaD e On-line, é de se estabelecer conectividade entre conteúdos estudados e da aplicação da tecnologia na educação, a ponto que se possa definir, momentos de acompanhamento do nível de aprendizagem, através da tecnologia. A qualidade de um processo de ensino consiste em fazer com que os alunos superem as lacunas de aprendizagem, dessa forma, é necessário que a avaliação seja aplicada com sentido diagnóstico e formativo, principalmente com o uso de tecnologias. Com a avaliação sendo realizada durante o processo formativo, os instrumentos e critérios, necessitam de uma articulação que promova o acompanhamento continuo dos alunos, identificando possíveis dificuldades na aprendizagem, permitindo assim que os alunos tenham nos AVA oportunidades de integração e orientação.

3.0 RESULTADOS

Neste capítulo pretende-se responder aos dois objetivos de investigação, e para tal, mostram-se os resultados do questionário, onde foram consultados docentes de 38 Unidades. Responderam aos inquéritos, 252 docentes dos 2870 vinculados às Unidades (amostra de 8,8% de todos os docentes).

3.1 DADOS GERAIS

Começou-se por fazer uma análise à área de formação dos docentes. Os resultados estão no gráfico 1, figura 9.

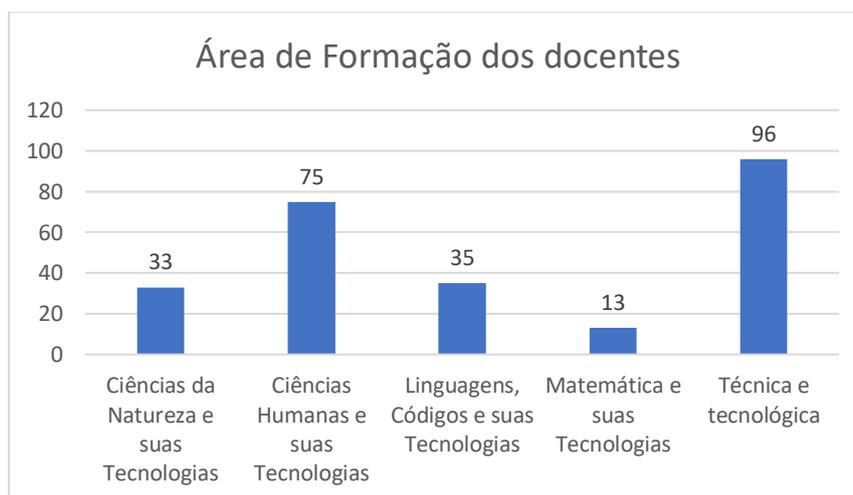


Figura 9 - Gráfico 1 de Área de Atuação

Verificou-se que na distribuição das Áreas do Conhecimento, o número de docentes que responderam os inquéritos, reflete a realidade das Unidades, com docentes da parte técnica e tecnológica e docentes que ministram componentes curriculares da BNCC.

3.2 OBJETIVO 1

Objetivo 1 - Caracterizar as ferramentas tecnológicas e os respetivos instrumentos e de avaliação usados pelos professores do Centro Paula Souza

Iniciamos a pesquisa, perguntando se os docentes conhecem ferramentas

tecnológicas, disponibilizadas nos AVA, e conforme, gráfico 2.

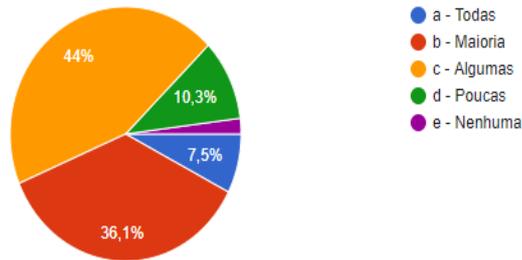


Figura 10 - Gráfico 2 – Conhecimento de Ferramentas Digitais

Percebe-se que 80,1% dos docentes têm pelo menos algum conhecimento das ferramentas (agregação das categorias “todas”, “maioria” e “algumas”), enquanto 10,3% poucas, e nessa amostra entendemos que o resultado demonstra saber utilizar das ferramentas encontradas.

Outro fator relevante 86,1% dos docentes, consideram que as ferramentas tecnológicas são apropriadas e podem ser utilizadas como instrumento de avaliação, como pode ser observado no gráfico 3, (agregação das respostas “Muito apropriados e apropriados”)

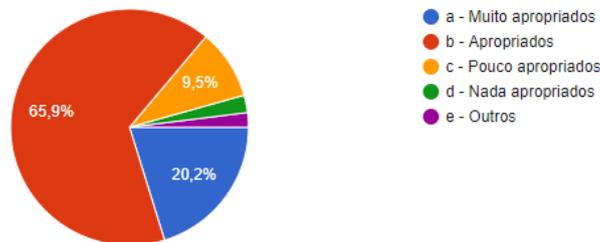


Figura 11- Gráfico 3 – Ferramentas como Instrumento de Avaliação

Com relação a modalidade de ensino, 94% dos docentes (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”) escolhem e definem quais são as melhores ferramentas ao elaborar um processo de avaliação, que pode ser On-line, híbrida ou presencial, e são poucos que não adotam esse procedimento, conforme gráfico 4.

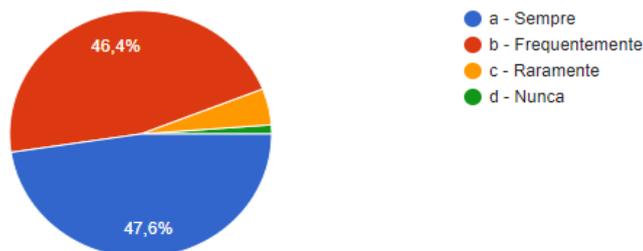


Figura 12- Gráfico 4 – Escolha de Ferramentas Adequadas

Este número elevado, pode ser explicado pelo fato dos POAHs (Plano de Orientação a Atividades Híbridas) serem obrigatórios, e ressaltando que este documento norteia o planejamento de atividades e avaliações, inserido em Anexo II,.

Um fato muito importante na pesquisa foi de encontrar a situação de docentes não utilizarem determinado instrumento, por algumas razões, conforme dados do gráfico 5.

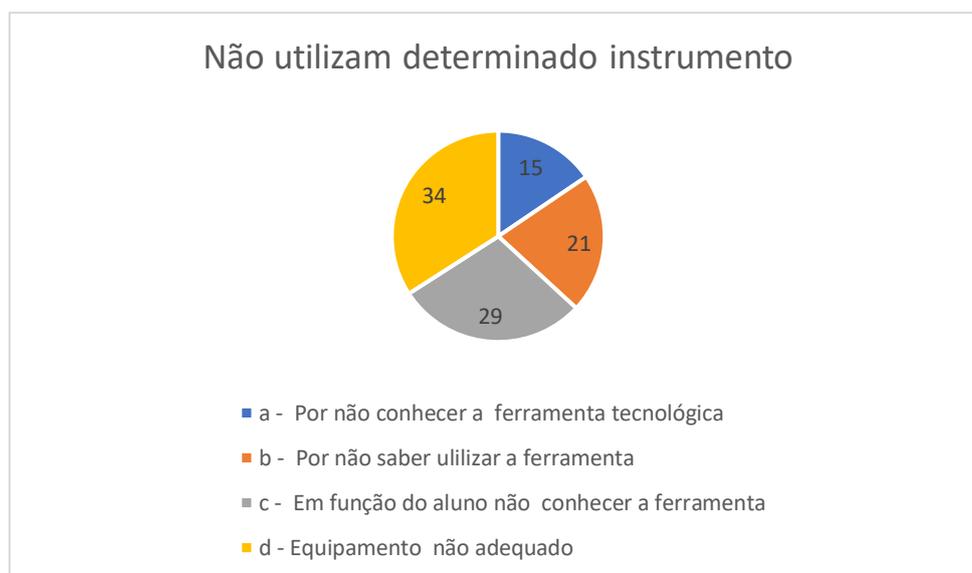


Figura 13 - Gráfico 5 – Docentes que não utilizam as Ferramentas

É interessante constatar que há uma grande proximidade de argumentos para não usar a ferramenta adequada, assim, os resultados parecem evidenciar que a melhoria a fazer será:

- Há um problema é tanto a falta de formação de professores e alunos.
- Tem de se investir em equipamentos adequados

Com relação à pergunta “usa sempre a mesma ferramenta como instrumento de avaliação, independente da modalidade”, 38,5% (agregação das respostas Raramente e Nunca) dizem diversificar as ferramentas para a sua aplicação, e 61,5 % sempre utilizam as mesmas (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”), conforme gráfico 6.

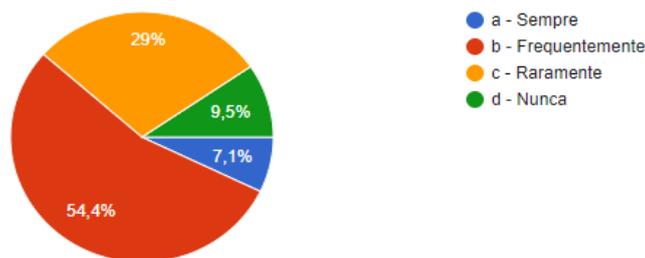


Figura 14- Gráfico 6 – Utilização da mesma Ferramenta para Avaliação

O elevado número de docentes que usa sempre as mesmas ferramentas (61,5 %), levam-nos a querer determinar se a razão seria a da falta de “letramento digital” destes docentes, ou seja, aqueles que na pergunta anterior disseram “conhecer poucas ferramentas tecnológicas”. Contudo, feita a análise cruzada das 2 variáveis em causa, verificou-se que não existia correlação.

Com relação aos modelos de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) desejou-se saber se as ferramentas são instrumentos adequados para aplicação no EaD. As respostas obtidas estão no gráfico 7, e de modo geral, os docentes entendem que as ferramentas utilizadas como instrumentos de avaliação, são eficazes nestas modalidades.

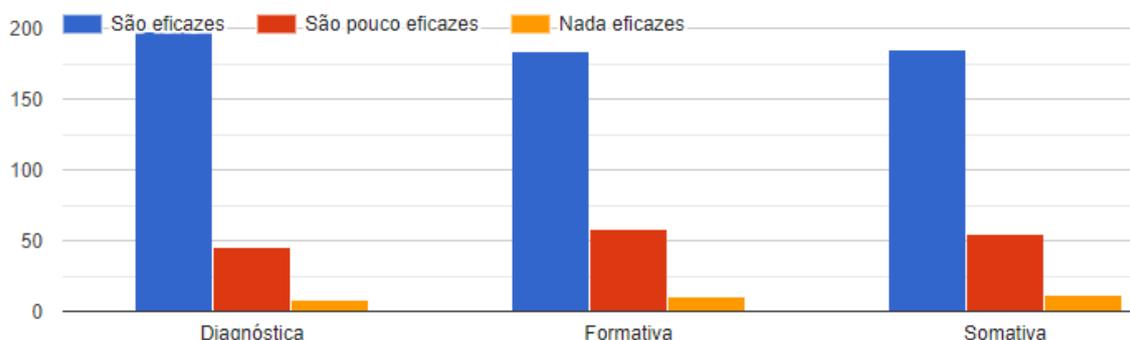


Figura 15 - Gráfico 7 - Eficiência das Ferramentas nas modalidades de avaliação

3.2.1 RESPOSTA AO OBJETIVO 1

A análise das perguntas anteriores permite-nos agora dar resposta ao 1º objetivo de investigação desta tese. As respostas dadas pelos professores sugerem que os docentes, em sua maioria, entendem que as ferramentas tecnológicas encontradas nos AVA, podem ser utilizadas como instrumento de avaliação, o que nos mostra que o interesse em identificar tais ferramentas e avaliar é uma ação exequível, mediante uma proposta de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, mediada por indicadores e referenciais

técnicos, que nortearam a mensuração final, a respeito da aquisição de saberes. Optar por uma metodologia de ensino baseada na análise de dados obtidos através de instrumentos, até então definidos como ferramentas, proporcionam uma coleta que ressalta a realidade da aprendizagem do aluno, e dessa forma a análise realizada, responde positivamente ao primeiro objetivo da pesquisa.

3.3 OBJETIVO 2

Objetivo 2 -Levantar qual a validade atribuída pelos docentes aos instrumentos e critérios de avaliação para identificar os objetivos de aprendizagem.

Perguntou-se aos docentes se os mesmos, adequam os tópicos gerais e específicos das bases tecnológicas que serão avaliados, e o resultado nos mostra que 96% (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”) entendem que é pertinente, considerando as modalidades on-line, híbrida ou presencial demonstrando uma preocupação com o processo de avaliação, como pode ser observado no gráfico 8.

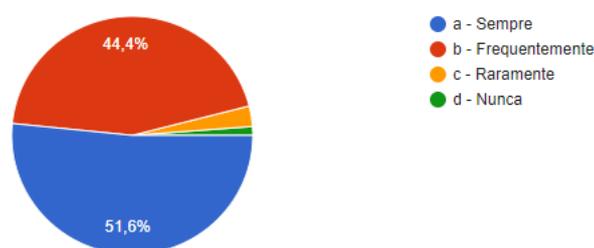


Figura 16 - Gráfico 8 - Conteúdos programados

Foi indagado aos docentes, se para identificar as competências e habilidades desenvolvidas nas modalidades de ensino: on-line, híbrida e presencial, utilizo instrumentos (ferramentas tecnológicas) diversificados, e 92,1 % (agregação das respostas “ Sempre e Frequentemente”) responderam que utilizam desses instrumentos (ferramentas tecnológicas) para tal apreciação e um número pequeno 7,9% não os utiliza, e mesmo, sendo um valor pequeno na amostra, leva a uma preocupação, pois, seria interessante que todos elencassem dispositivos para o acompanhamento do progresso da aprendizagem, conforme, dados obtidos no gráfico 9. Isto vai ao encontro dos estudos citados no corpo teórico onde afirma-se que este procedimento faz validando a ética e moral na participação de um processo da avaliação da aprendizagem.

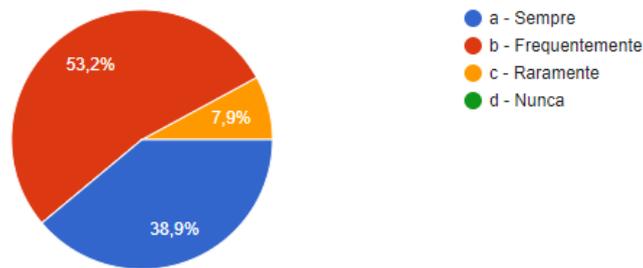


Figura 17 – Gráfico 9 Identificação de Competências por dispositivos tecnológicos

Fica claro observar que após a escolha do instrumento de avaliação, 96,4% (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”) docentes estabelecem critérios de avaliação, como pode ser observado no gráfico 10.

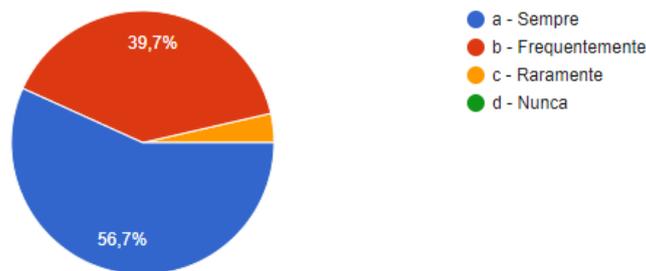


Figura 18 - Gráfico 10 - Estabelecimento de Critérios de Avaliação

Com relação a adequação de Ferramentas Tecnológicas utilizadas como instrumentos de avaliação, verifica-se que a maioria dos docentes utilizam deste processo para as modalidades presencial, híbrida e On-line, gráfico 11.

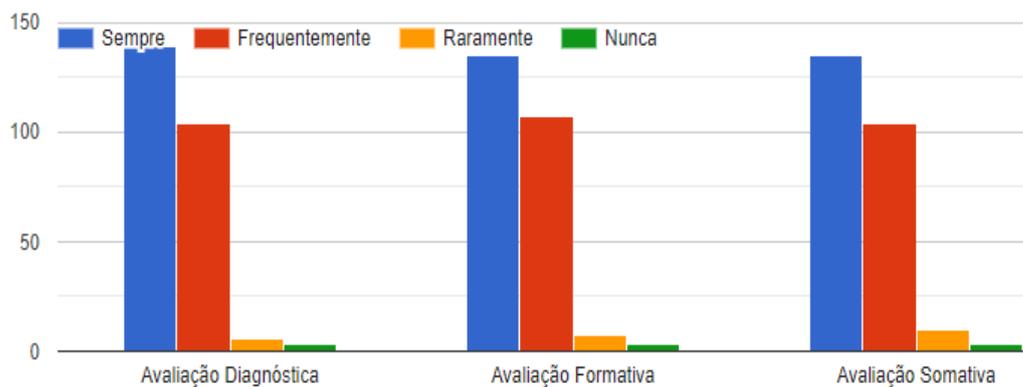


Figura 19 - Gráfico 11 – Utilização de Ferramentas para as Modalidades de Avaliação

Alguns docentes, não instituem determinados instrumentos, por fatores que eles entendem que não há ferramenta, há a baixa literacia por parte dos alunos e dificuldade ao utilizar determinada ferramenta, como pode ser observado no gráfico 12.

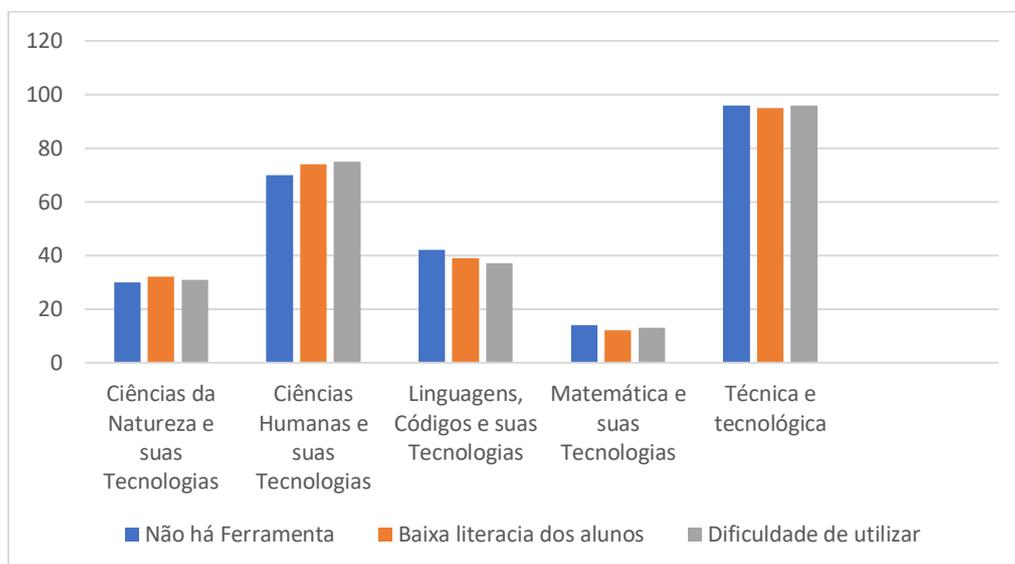


Figura 20 - Gráfico 12 – Fatores que Interferem na Escolha de Instrumentos

Sendo o roteiro de avaliação um elemento importante na modalidade EaD, começou-se por perguntar aos docentes se utilizam desse procedimento durante o processo de avaliação, e de modo significativo, 94,1% docentes (Agregação das repostas “Sempre e Frequentemente”), responderam que utilizam, conforme gráfico 13.

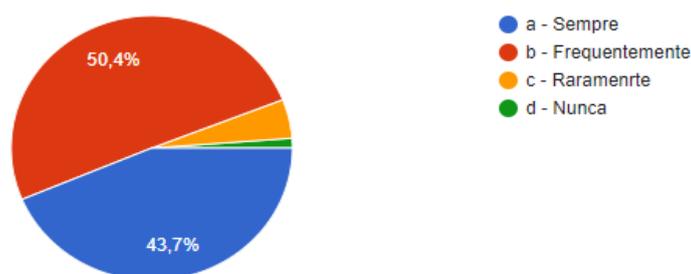


Figura 21- Gráfico 13 - Roteiro de Avaliação

Da amostra pesquisada, 94,8% dos docentes (Agregação das respostas “Sempre e frequentemente”) se preocupam de inserir esses instrumentos nas metodologias das aulas, para que os alunos possam trabalhar com a ferramenta tecnológica de modo que este não encontre dificuldades, conforme, denota-se no gráfico 14.

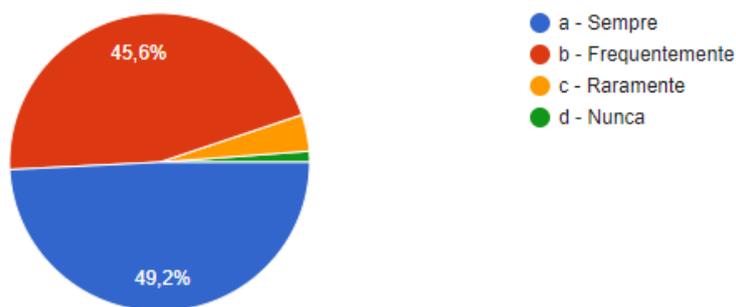


Figura 22 - Gráfico 14 – Ferramentas aplicadas nas Aulas

Um dado muito importante, é que após as avaliações, 98% dos docentes (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”) procuram dar feedback aos alunos sobre sua aprendizagem, de acordo com o gráfico 15.

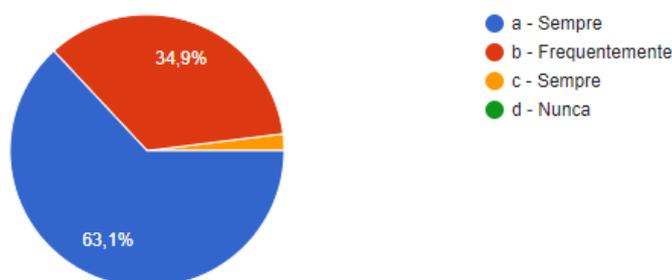


Figura 23 - Gráfico 15 - Feedback

Os docentes, foram indagados também se consideram as ferramentas adequadas à comunicação no ensino on-line, perguntou-se se os docentes consideram que as ferramentas da plataforma são adequadas à comunicação, especialmente em processos de avaliação, nas modalidades: diagnóstica e formativa (ex: feedback), e 88,1% (Agregação das respostas Sempre e Frequentemente), entendem que sim, conforme gráfico 16.

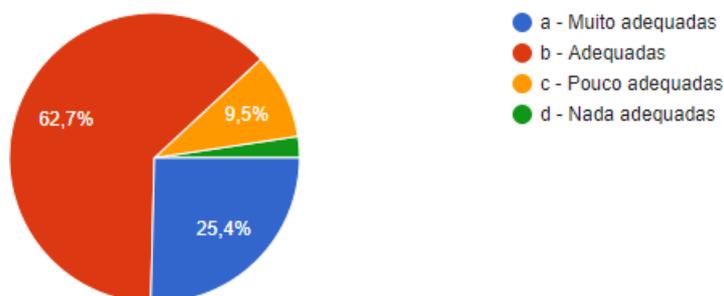


Figura 24- Gráfico 16 - Ferramentas Tecnológicas para a Comunicação

Com relação a mensurar resultados da aprendizagem, 88,9% dos docentes (agregação das respostas “Sempre e Frequentemente”), responderam que conseguem mensurar periodicamente o processo de aprendizagem, como mostra o gráfico 17.

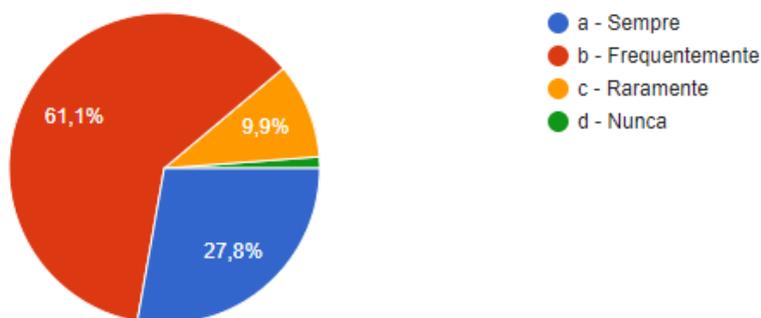


Figura 25- Gráfico 17- Menções

Com relação a avaliação on-line, com ferramentas tecnológicas, utilizadas como Instrumentos e associadas a critérios diversificados, 86,3% (Agregação das respostas “Sempre e frequentemente”), entendem que é possível identificar competências adquiridas no processo de aprendizagem, de acordo com o gráfico 18.

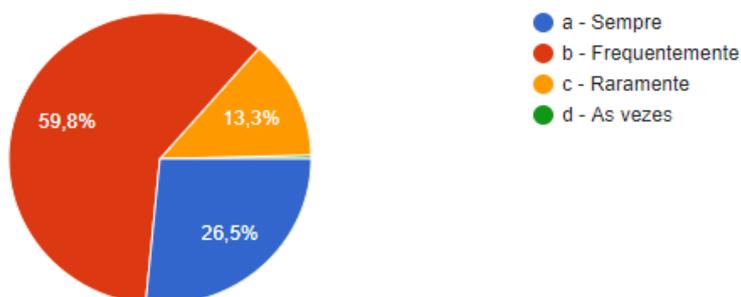


Figura 26 - Gráfico 18 - Competências

Pode-se observar que 85,7%, entendem que é possível se identificar habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem, conforme, gráfico 19.

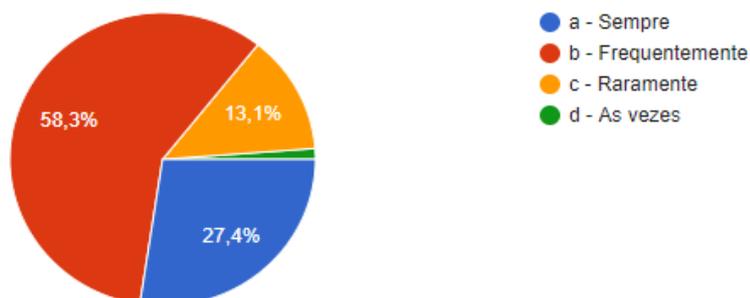


Figura 27- Gráfico 19 - Habilidades

3.3.1 RESPOSTA AO OBJETIVO 2

Os dados recolhidos na análise das perguntas feitas no questionário, permitem-nos agora dar uma resposta ao Objetivo de Investigação 2. Verifica-se que o mapeamento de Competências consiste na verificação por parte dos docentes, em que, quais conhecimentos, habilidades e atitudes são necessários e foram atingidos, assim como a importância deles para o processo de ensino-aprendizagem. É por meio desta pesquisa, percebe-se que a implantação de uma gestão de avaliação para a constatação da aquisição de competências e habilidades é possível com a avaliação implementada com ferramentas tecnológicas.

Com os dados obtidos, verifica-se que os docentes, entendem que os instrumentos de avaliação associados a critérios, na avaliação de competências nos AVA, estabelecem uma condição favorável para a conceituação e mensuração do rendimento dos alunos, onde reconhecem validade destes dispositivos, o que responde ao nosso Objetivo de investigação.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo principal, estudar quais práticas pedagógicas utilizadas por docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, na utilização de Ferramentas Tecnológicas como dispositivos diferenciados para aulas, bem como na avaliação da aprendizagem com ferramentas tecnológicas, nos modelos de ensino EaD e On-line, sabendo que foram muito utilizadas nos exercícios de 2019 e 2021 nas Unidades Escolares.

Caracterizamos de maneira resumida as modalidades de ensino, o ensino tradicional, o EaD no Brasil a modalidade on-line, e sobre os Sistema a de Avaliação nas diversas modalidades, e suas aplicações nas formas Diagnóstica, Formativa e Somativa, sabendo que os resultados das avaliações podem fomentar ações de forma que as Instituições de Ensino, através de suas equipes pedagógicas, possa estabelecer princípios na forma de avaliar com ferramentas tecnológicas, com foco na melhoria da qualidade da educação, norteando docentes e alunos na formação e aquisição de conhecimento e desenvolvimento de habilidades.

Para estabelecer parâmetros para responder a pergunta principal da pesquisa, bem como dos objetivos de investigação, analisamos de forma qualitativa, os respostas dos inquéritos e cruzamos informações com relação a metodologias das aulas com a utilização de ferramentas tecnológicas nos AVA e estas como instrumentos da avaliação da aprendizagem no EaD e suas modalidades.

Analisamos o papel do docente na sua busca por conhecimentos sobre ferramentas tecnológicas, instrumentos e critérios de avaliação, para a aplicação de práticas pedagógicas na dimensão pedagógica, sempre com foco na aprendizagem centralizada no aluno.

O estudo foi organizado com base na percepção e conhecimento dos docentes, quanto as funções junto à unidade de ensino, bem como nas referências da gestão pedagógica para promoção da aprendizagem com práticas metodológicas diferenciadas e as concepções sobre a avaliação da aprendizagem que orientam as práticas integradoras. Com base no estudo dos referenciais teóricos, percebemos a necessidade de analisar as

práticas pedagógicas no âmbito da avaliação, tendo a gestão escolar como elemento norteado de ações motivadoras à utilização de Ferramentas Tecnológicas nos AVA. A participação atuante das equipes pedagógicas, favorecem processo de ensino-aprendizagem, fazendo assim uma construção coletiva no ato de se avaliar, principalmente nas argumentações já existentes no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Cabe ressaltar que a inclusão de projetos para a promoção do conhecimento de ferramentas tecnológicas, plataformas e instrumentos encontrados nos AVA é de fundamental importância, para que no ato de avaliar, os docentes possam ter a segurança com ações viáveis com base nas avaliações contínuas e paralelas, com processos de recuperação e reorientação, favorecendo a formação continuada discente com práticas pedagógicas orientadas, e voltadas a aprendizagem centrada no aluno.

Constatamos situações de desconhecimentos de ferramentas como instrumentos de avaliação, em função do não conhecimento ou domínio na sua utilização, porém, a referência de dados, nos mostrou que esta situação foi mínima. Outro fator que foi relevante é o de muitos docentes sempre utilizarem dos mesmas ferramentas e instrumentos de avaliação.

Após analisar com cuidado e discernimento, entendemos que os docentes que responderam o questionário, representam uma amostra significativa, e tenho a certeza que os mesmos entendem que as ferramentas tecnológicas encontradas nos AVA, podem ser utilizadas com instrumentos de avaliação com a associação de critérios, com base em um planejamento de roteiro de avaliação e ações metodológicas como prática educativa, respondendo positivamente ao questionamento desta investigação.

BIBLIOGRAFIA

- BRAATHEN, P. (2013). *Professor: Como ter sucesso no Ensino Superior. Viçosa: Aprenda Fácil*,
- COMIN, F. S. *Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem em ações educacionais ofertadas a distância*. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 335-346, dez. 2013.
- FILGUEIRA, A. W. N. et al. *Linux educacional – uma ferramenta a ser descoberta na rede pública*. XIII EVIDOSOL e X CILTEC-On-line. 2016.
- GONZALES, Mathias. *Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância*. São Paulo: Editora Avercamp, 2005
- HEEMANN, Christiane; TOWNSEND, Elisa Correa Santos. *Avaliação em EAD: fortalecendo a aprendizagem com diários de bordo*; Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, p. 16. 2015
- IBGE. *Indicadores*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 10/11/2021.
- KRAEMER, M. E. P. *Avaliação da aprendizagem como construção do saber*. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR, 5., 2005, Mar Del Plata. Disponível em: Acesso em: 08 de julho. 2020..
- LITTO, F.M. *Aprendizagem a distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2010.
- LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994
- NOTA TÉCNICA CNE *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID19*. Brasil, p. 9. 2020.
- OLIVEIRA, G. P. *Estratégias multidimensionais para a avaliação da aprendizagem em cursos on-line. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*. 18(66), p.105-138, 2010.
- OTSUKA, J. L. et al. *Suporte à Avaliação Formativa no Ambiente de Educação a Distância TelEduc*. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 6., 2002, Vigo. Atas do VI Congresso Iberoamericano de Informática Educativa, 2002.
- PRIMO, L. *Avaliação de competências em cursos de ead: relato de experiência*. Boletim Técnico do Senac, v.31, n.3, p.62-77, set./dez. 2005.

- PERRENOUD, Philippe. *Não mexa na minha avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- PISA. *Matriz de letramento em leitura – 2018*. Disponível em: Acesso em: 15/04/2021
- PRIMO, L. *Avaliação de competências em cursos de ead: relato de experiência*. Boletim Técnico do Senac, v.31, n.3, p.62-77, set./dez. 2005.
- RIBEIRO, Elvia Nunes; MENDONÇA, Gilda Aquino de Araújo; MENDONÇA, Alzino Furtado. *A importância dos ambientes virtuais de aprendizagem na busca de novos domínios da EAD*. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/4162007104526am.pdf>. Acesso em: 03 março 2022.
- SILVA, A. L. da, & Gomes, A. M. (2021). *Avaliação educacional: concepções e embates teóricos*. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 29(71), 350–384. <https://doi.org/10.18222/ae.v29i71.5048>

ANEXOS

ANEXO 1

1 - Área de Atuação

Ciências Humanas e suas Tecnologias

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Matemática e suas Tecnologias

Técnica e tecnológica

2 - Conheça as ferramentas tecnológicas que a plataforma EaD disponibiliza. *

a - Todas

b - Maioria

c - Algumas

d - Poucas

e - Nenhuma

3 - Considero que as ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas como instrumentos de avaliação na plataforma EaD, e são apropriados para avaliação de aprendizagem. *

a - Muito apropriados

b - Apropriados

c - Pouco apropriados

d - Nada apropriados

4 - Ao elaborar uma avaliação, procuro escolher/definir as ferramentas tecnológicas que são mais adequadas para a modalidade em questão (on-line, híbrida, presencial). *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

5 - Não instituo determinado instrumento de avaliação que considerava muito adequado para as modalidades on-line, híbrida e presencial. *

a - Por não conhecer a ferramenta tecnológica

b - Por não saber utilizar a ferramenta

c - Em função do aluno não conhecer a ferramenta

d - Equipamento não adequado

6 - Costumo usar sempre as mesmas ferramentas tecnológicas para avaliação, independentemente da modalidade (on-line, híbrida, presencial). *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

7 - Entendo que as ferramentas tecnológicas na realização de avaliação: * Diagnóstica

Formativa E Somativa

São eficazes

São pouco eficazes

Nada eficazes

8 - No processo de avaliação, procuro adequar os tópicos gerais e específicos das bases tecnológicas que serão avaliados, tendo em consideração a modalidade (on-line, híbrida ou presencial)? *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

9 - Para identificar as competências e habilidades desenvolvidas nas modalidades de ensino: on-line, híbrida e presencial, utilizo instrumentos (ferramentas tecnológicas) diversificados de avaliação. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

10- Após a escolha do instrumento de avaliação são instituídos critérios. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

11 - Procuro adequar os instrumentos de avaliação às modalidades: presencial, híbrida e On-line. *

Sempre, Frequentemente, Raramente ou Nunca em:

Avaliação Diagnóstica

Avaliação Formativa

Avaliação Somativa

12 - Por vezes sinto que não seleciono o instrumento de avaliação mais adequado por fatores que estão fora do meu controle.

Não há ferramenta tecnológica para determinados instrumentos de avaliação

A minha literacia digital condiciona o uso de certas ferramentas como instrumento de avaliação

A baixa literacia dos alunos faz-me por vezes selecionar um instrumento menos adequado,

Utilizo várias ferramentas tecnológicas como instrumento

Não há ferramenta tecnológica para determinados instrumentos de avaliação

Sempre

Frequentemente

Raramente

Nunca

13. Procuro adequar os critérios de avaliação (ex: ‘prazo de devolução’) a este tipo de modalidade (on-line, híbrida e presencial). *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

14 - Procuro criar um roteiro de avaliação para reconhecer competências de aprendizagem. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

15 - Antes de aplicar um instrumento de avaliação (mapa mental, experimentação, seminários e outros), preocupo-me em inserir esse instrumento avaliativo nas metodologias das aulas, para que o aluno não encontre dificuldades por desconhecer o instrumento? *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

16 - No ensino on-line, após a avaliação, procuro dar feedback aos alunos do seu Processo de Aprendizagem. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Sempre

d - Nunca

17 - No ensino on-line, considero que as ferramentas da plataforma são adequadas à comunicação, especialmente em processos de avaliação diagnóstica e formativa (ex: feedback). *

a - Muito adequadas

b - Adequadas

c - Pouco adequadas

d - Nada adequadas

18 - Na avaliação on-line, consigo mensurar periodicamente o processo de aprendizagem. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Nunca

19 - Na avaliação on-line, com Instrumentos e Critérios de avaliação diversificados, é possível identificar competências adquiridas no processo de aprendizagem.

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Às vezes

20 - Na avaliação on-line, com Instrumentos e Critérios de avaliação diversificados, é possível identificar habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem. *

a - Sempre

b - Frequentemente

c - Raramente

d - Às vezes



Administração Central

Unidade do Ensino Médio e Técnico – Cetec

Grupo de Supervisão Educacional – GSE

Plano de Orientação para aprendizagem a Distância – POAH

Etec/CD:

Curso:

Série/Módulo:

Componente Curricular:

Docente:

Turma: A

Turno: Noite

Plano Didático

Período (Quinzena: --/--/-- a --/--/--)

Competência(s)	Habilidade(s)	Base(s)	Atividades Propostas	Metodologia(s*)	Instrumentos de Avaliação
Analisar os planejamentos e os componentes mercadológicos.	Colaborar na criação e desenvolvimento das declarações Institucionais visão, missão, valores de uma empresa.	Tecnológica/Base Científica Conceito de planejamento: estratégico; tático; operacional	Conceituar o conteúdo através de um case como base de estudo e desenvolver individualmente um mapa mental, podendo ser realizado no word e ou lucidchart	Vídeo aula e plantão de dúvidas no ambiente virtual	1.Participação no chat (fórum de discussão) 2.Entrega individual do conteúdo abordado no Ambiente virtual representado em mapa mental .

ANEXO 3

Regimento Comum das Escolas Técnicas do Centro de Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

SEÇÃO II – Da Coordenação Pedagógica

Artigo 25 – A Coordenação Pedagógica é responsável pelo suporte didático pedagógico do processo de ensino e aprendizagem. Parágrafo único - Cabe à Coordenação Pedagógica, além do previsto em documento próprio do CEETEPS:

- 1 – planejar as atividades educacionais;
- 2 – coordenar com a Direção a construção do Projeto Político-Pedagógico;
- 3 – promover a formação contínua dos educadores;
- 4 – coordenar atividades pedagógicas;
- 5 – orientar ou assistir o orientando individualmente ou em grupo;
- 6 – implementar a execução do Projeto Político-Pedagógico; e
- 7 – avaliar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico.

Artigo 26 – Integram a Coordenação Pedagógica:

I - as Coordenações de Curso;

II - os Conselhos de Classe. Parágrafo único – Integra a Coordenação Pedagógica a orientação educacional, destinada a assistir o educando, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, bem como sua orientação profissional.

SUBSEÇÃO I - Das Coordenações de Curso

Artigo 27 - As Coordenações de Curso são responsáveis pelo conjunto de ações destinadas ao planejamento do ensino, à supervisão de sua execução, ao controle das atividades docentes em relação às diretrizes didáticopedagógicas e administrativas, bem como pela otimização dos recursos físicos e didáticos disponíveis para os cursos mantidos pelas Etecs.

Artigo 28 - Normas reguladoras das Coordenações de Curso serão expedidas pelo Conselho Deliberativo do CEETEPS. SUBSEÇÃO II – Dos Conselhos de Classe

Artigo 29 - O Conselho de Classe é o órgão colegiado que terá por finalidade: I - analisar o desempenho dos alunos da classe, individual ou coletivamente; II - propor medidas de natureza didático-pedagógica e disciplinar; III - decidir sobre a retenção ou aprovação de alunos da classe; IV - opinar sobre transferências compulsórias de alunos. Parágrafo único - O Conselho de Classe reunir-se-á regularmente em época prevista no calendário escolar

e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor ou, ainda, por solicitação de dois terços de seus membros.

Artigo 30 - O Conselho de Classe será constituído pelo Diretor da Etec, pelo Diretor Pedagógico, pelo Diretor de Serviços Acadêmicos, pelos Coordenadores de Curso e pelos professores da classe.

§ 1º - A presidência do Conselho de Classe é do Diretor da Etec, podendo ser delegada a qualquer outro membro do colegiado. § 2º - A reunião do Conselho de Classe deverá ter quórum mínimo de 50% dos professores da classe.

§ 3º - Poderão ser convidados ou convocados representantes discentes para participar das reuniões de Conselho de Classe. § 4º - Nas decisões, a serem tomadas por maioria simples, sobre retenção ou promoção de alunos, terão direito a voto apenas os professores da classe, computando um voto para cada professor, independentemente do número de componentes curriculares ministrados pelo professor, cabendo ao presidente o voto de desempate.

§ 5º - Cumpre à Direção divulgar à comunidade escolar as decisões do Conselho de Classe.

A avaliação no processo de ensino e aprendizagem tem por objetivos:

I diagnosticar competências prévias e adquiridas, as dificuldades e o rendimento dos alunos;

II - Orientar o aluno para superar as suas dificuldades de aprendizagem; III - subsidiar a reorganização do trabalho docente;

IV - Subsidiar as decisões do Conselho de Classe para promoção, retenção ou reclassificação de alunos.

SEÇÃO IV – Dos Serviços Acadêmicos

Artigo 32 – Os Serviços Acadêmicos compreendem a escrituração, documentação escolar, expedição e registro de documentos escolares, fornecimento de informações e dados para planejamento, controle de processos e avaliações dos resultados do ensino e aprendizagem. Parágrafo único – Compete ao responsável designado para os Serviços Acadêmicos, além das atribuições previstas em regulamentos próprios do CEETEPS:

1. responder pela regularidade e autenticidade dos registros e documentos da vida escolar do aluno;

2. cumprir e fazer cumprir normas legais, regulamentos, diretrizes e prazos estabelecidos para execução dos trabalhos;

3. propor medidas ou expedir instruções que visem à racionalização e manutenção das suas atividades;
4. instruir e emitir pareceres em processos e expedientes em assuntos sob sua responsabilidade;
5. assinar os documentos escolares que, conforme normas legais, exijam sua assinatura;
6. fornecer dados e informações acadêmicas para cadastros oficiais, responsabilizando-se por eles;
7. responsabilizar-se pela guarda ou arquivo dos registros e documentos acadêmicos.

Artigo 40 - Os estágios, em suas diversas modalidades, serão realizados em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos alunos experiências profissionais ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio. Parágrafo único - Toda atividade de estágio será curricular e supervisionada.

Artigo 41 - A matriz curricular do curso de educação profissional indicará a carga horária mínima a ser cumprida, quando o estágio profissional for obrigatório para o aluno. Parágrafo único - O aluno que comprovar exercer ou ter exercido funções correspondentes às competências profissionais desenvolvidas à luz do perfil profissional de conclusão do curso, poderá ser dispensado, no todo ou em parte, do cumprimento da carga horária mínima do estágio obrigatório, mediante avaliação pela escola.

Artigo 42 - A sistemática de orientação, supervisão e avaliação dos estágios, bem como a operacionalização de sua execução ou dispensa, será elaborada pela Etec, consoante diretrizes expedidas pelo CEETEPS, respeitada a legislação.

CAPÍTULO III - Do Aproveitamento de Estudos e da Avaliação, do Reconhecimento e da Certificação de Competências

Artigo 43 - Observadas as normas do sistema de ensino, as Etecs poderão avaliar, reconhecer e certificar competências adquiridas pelo interessado em:

- I - componentes curriculares ou cursos, concluídos com aproveitamento e devidamente comprovados, na própria escola ou em outras escolas;
- II - em estudos realizados fora do sistema formal de ensino;
- III - no trabalho ou na experiência extraescolar.

§ 1º - O processo de aproveitamento de estudos, avaliação, reconhecimento e certificação de competências será realizado por uma comissão de três professores, designada pela Direção que, para isso, utilizará exame de documentos, entrevistas, provas escritas ou

práticas ou de outros instrumentos e emitirá parecer conclusivo validando as competências desenvolvidas.

§ 2º - As competências reconhecidas poderão ser aproveitadas pelo aluno para fins de classificação ou prosseguimento de estudos.

§ 3º - A comissão, prevista no §1º, indicará a dispensa parcial ou total de componentes curriculares da série ou módulo para fins de continuidade de estudos.

§ 4º - Na educação profissional, serão utilizados como referência no processo de avaliação, reconhecimento e certificação de competências o plano de curso e o perfil profissional de conclusão da qualificação profissional ou da habilitação profissional de técnico.

§ 5º - O disposto neste artigo, aplica-se, no que couber, à dispensa de componentes curriculares do Ensino Médio.

CAPÍTULO VII - Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

Artigo 66 - A avaliação no processo de ensino e aprendizagem tem por objetivos:

I - diagnosticar competências prévias e adquiridas, as dificuldades e o rendimento dos alunos;

II - orientar o aluno para superar as suas dificuldades de aprendizagem;

III - subsidiar a reorganização do trabalho docente;

IV - subsidiar as decisões do

Artigo 67 - A verificação do aproveitamento escolar do aluno compreenderá a avaliação do rendimento e a apuração da frequência, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação.

Artigo 68 - A avaliação do rendimento em qualquer componente curricular: I - será sistemática, contínua e cumulativa, por meio de instrumentos diversificados, elaborados pelo professor, com o acompanhamento do Coordenador de Curso e II - deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, considerados os objetivos propostos para cada uma delas. Parágrafo único - Os instrumentos de avaliação deverão priorizar a observação de aspectos qualitativos da aprendizagem, de forma a garantir sua preponderância sobre os quantitativos.

Artigo 69 - As sínteses de avaliação do rendimento do aluno, parciais e finais, elaboradas pelo professor, serão expressas em menções correspondentes a conceitos, com as seguintes definições operacionais:

§ 1º - As sínteses parciais, no decorrer do ano/semestre letivo, virão acompanhadas de diagnóstico das dificuldades detectadas, quando houver, indicando ao aluno os meios para recuperação de sua aprendizagem.

§ 2º - As sínteses finais de avaliação, elaboradas pelo professor após concluído cada módulo ou série, expressarão o desempenho global do aluno no componente curricular, com a finalidade de subsidiar a decisão sobre promoção ou retenção pelo Conselho de Classe.

Artigo 70 - Os resultados da verificação do rendimento do aluno serão sistematicamente registrados, analisados com o aluno e sintetizados pelo professor numa única menção.

Parágrafo único - O calendário escolar preverá os prazos para comunicação das sínteses de avaliação aos alunos e, se menores, a seus responsáveis.

Artigo 71 - Ao aluno de rendimento insatisfatório durante o semestre/ano letivo, serão oferecidos estudos de recuperação.

§ 1º - Os estudos de recuperação constituir-se-ão de diagnóstico e reorientação da aprendizagem individualizada, com recursos e metodologias diferenciados.

§ 2º - Os resultados obtidos pelo aluno nos estudos de recuperação integrarão as sínteses de aproveitamento do período letivo.

Artigo 72 - Os professores reunir-se-ão para estudo e reflexão do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por classe, série/módulo ou área, durante o semestre letivo, conforme previsto em calendário escolar.

Artigo 73 - A verificação do rendimento escolar nos cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional obedecerá à legislação, aplicando-se, no que couber, a as normas deste Regimento Comum.

CAPÍTULO VIII - Do Controle de Frequência

Artigo 74 - Para fins de promoção ou retenção, a frequência terá apuração independente do rendimento.

Artigo 75 - Será exigida a frequência mínima de 75% do total de horas de efetivo trabalho escolar, considerando o conjunto dos componentes curriculares. CAPÍTULO IX - Da Promoção e Retenção Artigo

76 - Será considerado promovido no módulo ou série o aluno que tenha obtido rendimento suficiente, expresso pelas menções “MB”, “B” ou “R”, nos componentes e frequência mínima estabelecida no artigo anterior, após decisão do Conselho de Classe.

Artigo 77 - O Conselho de Classe decidirá a promoção ou retenção, à vista do desempenho global do aluno, expresso pelas sínteses finais de avaliação de cada

componente curricular. Parágrafo único - A decisão do Conselho de Classe terá como fundamento, conforme a situação:

1 - a possibilidade de o aluno prosseguir estudos na série ou módulo subsequente;

2 - o domínio das competências/habilidades previstas para o módulo/série ou para a conclusão do curso; e

3 - na Educação Profissional, para fins de conclusão do curso, o domínio das competências profissionais que definem o perfil de conclusão.

Artigo 78 - O aluno com rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares, exceto na série ou módulo final, a critério do Conselho de Classe, poderá ser classificado na série/módulo subsequente em regime de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, devendo submeter-se, nessa série/módulo, a programa especial de estudos.

§ 1º - A retenção em componentes curriculares cursados em regime de progressão parcial não determina a retenção na série ou módulo regulares.

§ 2º - O aluno poderá acumular até três componentes curriculares cursados em regimes de progressão parcial, ainda que de séries ou módulos diferentes.

§ 3º - Os alunos em regime de progressão parcial, respeitados os limites previstos nos parágrafos anteriores, poderão prosseguir estudos nas séries ou módulos subsequentes.

LEI NO 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional;

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV **docaput**do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

III - realizado para fins exclusivos de:

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III **docaput**deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.

§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III **docaput**deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III **docaput**deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa natural, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional;

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública indireta responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

VIII - para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

§ 1º Nos casos de aplicação do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo e excetuadas as hipóteses previstas no art. 4º desta Lei, o titular será informado das hipóteses em que será admitido o tratamento de seus dados.

§ 2º A forma de disponibilização das informações previstas no § 1º e no inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei poderá ser especificada pela autoridade nacional.

§ 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no **caput** deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

§ 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do **caput** deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei.

§ 6º A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.

§ 1º Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.

§ 2º Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei.

§ 3º É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

§ 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

§ 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do **caput** do art. 18 desta Lei.

§ 6º Em caso de alteração de informação referida nos incisos I, II, III ou V do art. 9º desta Lei, o controlador deverá informar ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações, podendo o titular, nos casos em que o seu consentimento é exigido, revogá-lo caso discorde da alteração.

Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do controlador;

IV - informações de contato do controlador;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei.

§ 1º Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

§ 2º Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

§ 3º Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer os direitos do titular elencados no art. 18 desta Lei.

Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:

I - apoio e promoção de atividades do controlador; e

II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

§ 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.

§ 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.

§ 3º A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

f) tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; ou

g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos

mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso II do **caput** deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei.

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.

Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins desta Lei, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

§ 3º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimização e realizar verificações acerca de sua segurança, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

§ 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o **caput** deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.

§ 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no **caput** deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.

§ 3º O acesso aos dados de que trata este artigo será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

Seção III

Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Seção IV

Do Término do Tratamento de Dados

Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II - fim do período de tratamento;

III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou

IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os